

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROGÉRIO KRATZ VIEIRA

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM OLHAR PARA AS FAMÍLIAS
QUE DEMANDAM ATENDIMENTO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GUARATUBA/PR

MATINHOS

2023

ROGÉRIO KRATZ VIEIRA

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM OLHAR PARA AS FAMÍLIAS
QUE DEMANDAM ATENDIMENTO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GUARATUBA/PR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Diomar Augusto de Quadros

MATINHOS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

V658s Vieira, Rogério Kratz
 Segurança alimentar e nutricional: um olhar para as famílias que demandam
 atendimento nos centros de referência de assistência social em Guaratuba/PR
 / Rogério Kratz Vieira ; orientador Diomar Augusto de Quadros. – 2023.
 110 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
 Matinhos/PR, 2023.

 1. Segurança alimentar. 2. Política alimentar. 3. Política pública. I.
 Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento
 Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 361.05



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ROGÉRIO KRATZ VIEIRA** intitulada: **Segurança Alimentar e Nutricional: um olhar para as Famílias que demandam atendimento nos Centros de Referência da Assistência Social em Guaratuba/PR**, sob orientação do Prof. Dr. DIOMAR AUGUSTO DE QUADROS, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 31 de Agosto de 2023.

Assinatura Eletrônica

31/08/2023 23:11:58.0

DIOMAR AUGUSTO DE QUADROS

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

31/08/2023 19:47:45.0

VIVIANE CAMEJO PEREIRA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

14/09/2023 13:35:24.0

SILVIA DO AMARAL RIGON

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico este trabalho à minha Mãe, Shirlei Kratz Vieira, por tudo que representa para mim, e por ter exercido durante toda a sua vida com orgulho, dedicação exclusiva e muito amor, a profissão de Professora.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de mestrado não é meramente uma pesquisa sobre um determinado tema, ele contempla uma série de atividades e estudos que exigem concentração e dedicação durante um longo período. Neste tempo surgem dúvidas e inseguranças e, apesar do aprendizado constante, vive-se uma solidão imensa.

Os sentimentos se misturam e tudo acontece. As incertezas invadem o texto, as teorias se confundem com o óbvio e as palavras nos desafiam. É necessário equilíbrio, força, paciência e perseverança.

Diante de todos estes fatores, esta dissertação não estaria concluída, se não houvesse o apoio de algumas pessoas que se tornaram imprescindíveis neste processo.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Diomar Augusto de Quadros, que me conduziu com maestria a reflexões importantes e necessárias, e que, realmente, na prática, me provocaram e me instigaram sobre algumas escolhas e decisões que se apresentaram durante a pesquisa, me orientando com muita precisão.

Agradeço também ao corpo docente do PPGDTS, por transmitirem seus conhecimentos com grande propriedade em suas áreas de atuação e estudo.

Aos colegas que sempre foram aliados e que participaram de tantas discussões e momentos de descontração, dedico todo meu apreço.

Não posso deixar de manifestar meu agradecimento aos técnicos pelo apoio constante e eficiente e também expreso minha gratidão à instituição UFPR-Litoral, por proporcionar toda a estrutura e logística necessárias ao trabalho, em um ambiente acolhedor e em um local extremamente agradável.

Finalmente, agradeço aos meus filhos que valorizaram a importância do estudo e compreenderam minha ausência em determinadas situações, e principalmente à minha esposa e companheira de todas as horas, que, com sua sabedoria, paciência, carinho e dedicação, sempre me apoiou de perto e esteve presente em toda esta jornada.

Constitui, pois, a luta contra a fome, concebida em termos objetivos, o único caminho para a sobrevivência de nossa civilização, ameaçada em sua substância vital por seus próprios excessos, pelos abusos do poder econômico, por sua orgulhosa cegueira – numa palavra, por seu egocentrismo.

Josué de Castro

RESUMO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é considerada imprescindível à saúde e à dignidade humana, estando diretamente relacionada ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) deve ser mensurada para termos os dados da situação do consumo alimentar de determinado território, levando em consideração fatores como a vulnerabilidade social, que também está diretamente relacionada à SAN. A fim de abordar o tema da SAN, destaca-se como objeto a IAN e deriva como problema de pesquisa a seguinte questão: quais os níveis de IAN em que se encontram as famílias residentes no município de Guaratuba-PR que buscam atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)? Desta forma, o objetivo geral é Avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias do município de Guaratuba/PR que buscam atendimento junto aos Centros de Referência de Assistência Social. Esse estudo se configura como de caráter exploratório e descritivo, de cunho quali-quantitativo, com a utilização de questionário estruturado baseado na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), versão reduzida contendo oito itens, complementado com dados socioeconômicos. Entre os resultados obtidos destaca-se: a contextualização territorial do município de Guaratuba; a identificação da política de assistência social municipal e os tipos de atendimento prestados por meio da Secretaria do Bem-Estar e Promoção Social; a superação dos níveis de IAN no município em relação aos dos Inquéritos alimentares da REDE PENSSAN dos anos de 2021 e 2022; a identificação e estratificação dos dados socioeconômicos em relação à população estudada e a constatação dos principais alimentos produzidos localmente presentes no hábito alimentar da população estudada. Mesmo considerando o fato de que as entrevistas foram realizadas com uma amostra específica, pessoas em situação de vulnerabilidade social, os resultados encontrados evidenciam que a IAN grave apresenta números bastante elevados, 61%, ou seja, a fome está presente em setenta e seis (76) representantes das 125 famílias entrevistadas. Isto demonstra a necessidade de maior atenção e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a superação deste cenário.

Palavras-chave: Fome. Insegurança Alimentar e Nutricional. Políticas Públicas. Território.

ABSTRACT

Food and Nutritional Security (SAN) is considered essential to health and human dignity, being directly related to the Human Right to Adequate Food (DHAA). Food and Nutritional Insecurity (FNI) must be measured to have data on the food consumption situation in a given territory, taking into account factors such as social vulnerability, which is also directly related to FNS. In order to address the topic of SAN, the IAN stands out as an object and the following question arises as a research problem: what levels of IAN are families residing in the municipality of Guaratuba-PR who seek care at the Health Centers? Social Assistance Reference (CRAS)? Thus, the general objective is to evaluate the food and nutritional security of families in the city of Guaratuba/PR who seek assistance from Social Assistance Reference Centers. This study is exploratory and descriptive in nature, qualitative and quantitative, using a structured questionnaire based on the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), a reduced version containing eight items, complemented with socioeconomic data. Among the results obtained, the following stand out: the territorial contextualization of the municipality of Guaratuba; the identification of the municipal social assistance policy and the types of assistance provided through the Secretariat of Welfare and Social Promotion; the surpassing of IAN levels in the municipality in relation to those of the REDE PENSSAN food surveys for the years 2021 and 2022; the identification and stratification of socioeconomic data in relation to the studied population and the verification of the main locally produced foods present in the eating habits of the studied population. Even considering the fact that the interviews were carried out with a specific sample, people in situations of social vulnerability, the results found show that severe FNI presents very high numbers, 61%, that is, hunger is present in seventy-six (76) representatives of the 125 families interviewed. This demonstrates the need for greater attention and the strengthening of public policies aimed at overcoming this scenario.

Keywords: Hungry. Food and Nutrition Insecurity. Public policy. Territory.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TAXA DE OCUPAÇÃO.....	68
GRÁFICO 2 - COLETA DE LIXO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	71
GRÁFICO 3 - AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	74
GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DE IAN POR SEXO/RESPONSÁVEL FINANCEIRO.....	75
GRÁFICO 5 - RELAÇÃO ESCOLARIDADE E NÍVEIS DE IAN	78
GRÁFICO 6 - NÍVEIS IAN	79
GRÁFICO 7 - RENDA DOMICILIAR.....	81
GRÁFICO 8 - PRESENÇA DE MENORES DE 10 ANOS NO DOMÍCILIO	83
GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO DA IAN EM RELAÇÃO AO ACESSO A PROGRAMAS SOCIAIS	84

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA	63
QUADRO 2 - RECURSOS ALIMENTARES TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS.....	67
TABELA 2 - NÍVEIS DE ESCOLARIDADE.	69
TABELA 3- RENDA <i>PER CAPTA</i>	69
TABELA 4 - ACESSO AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	72
TABELA 5 - COMPARAÇÃO: INDICES DOS INQUERITOS NACIONAIS/PESQUISA EM GUARATUBA.....	75
TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO COR/RAÇA PELO NÍVEL DE IAN.....	77
TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE IAN.	80
TABELA 8 - NÚMERO DE MORADORES POR DOMICÍLIO	82
TABELA 9 - ALIMENTOS CONSUMIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES.....	88
TABELA 10 - RELAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS E PRINCIPAIS FORMAS DE AQUISIÇÃO	89

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAISAN	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CECAGER	Centro de Capacitação e Geração de Renda
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional
EFZ	Estratégia Fome Zero
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i> - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PENSSAN	Pesquisa Nacional em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PLAMSAN	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SBEPS	Secretaria do Bem-Estar e da Promoção Social

SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS	Serviço Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 JUSTIFICATIVA	19
1.2 OBJETIVOS	26
1.2.1 Objetivo Geral.	26
1.2.2 Objetivos Específicos	26
2 REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (IAN).....	28
2.2 A POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (PNAN) E A POLÍTICA NACIONAL DE SAN (PNSAN).....	31
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	37
2.4 DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO	41
2.5 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN).	47
3 METODOLOGIA	53
3.1 CLASSIFICAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA.....	53
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA	56
3.3 POPULAÇÃO A SER ESTUDADA.....	57
3.4 COLETA DE DADOS	58
3.5 GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	60
3.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	61
3.7 RISCOS E BENEFÍCIOS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA	61
3.8 CRITÉRIOS DE ENCERRAMENTO OU SUSPENSÃO DA PESQUISA.....	62

3.9 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO.....	62
3.10 MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA.	63
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA-PR.....	64
4.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA E ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA).....	73
4.3 O ACESSO DAS FAMÍLIAS AOS PRINCIPAIS ALIMENTOS PRODUZIDOS LOCALMENTE.....	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97
ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO	104
ANEXO II – QUESTIONÁRIO	106

1 INTRODUÇÃO

O contexto da pandemia da COVID-19 traz novamente para as discussões a questão da fome com a mesma força que ocorreu na década de 1980, com o grande surto de desnutrição, sendo o pior período para o Brasil em relação à falta de alimentos, quando os índices de pobreza no Brasil apontavam para 40% e 45% da população (CASONATO; CORRÊA; PAIVA, 2018).

Segundo Alves (2008), antes disso, Josué de Castro, na década de 1940, já nos alertava e contestava a grande dificuldade e o silêncio misterioso de se falar na existência da fome, nas suas causas e consequências, e também na sua amplitude. Ele apresentou o fenômeno da fome através da geografia e da política e não dividia a sociedade entre ricos e pobres, mas entre os que não comem e não dormem, porque têm fome, e os que comem, mas não dormem, com medo dos que tem fome.

Contudo, entre os anos de 2004 e 2013, houve a redução dos índices de extrema pobreza com a consequente saída do Brasil do mapa da fome mundial. Isso é o que nos indica o conjunto de dados apresentados no Relatório de Insegurança Alimentar no mundo, publicado pela *Food and Agriculture Organization* (FAO, 2014), especificamente em 2014. Segundo o relatório, por meio de metodologia utilizada pela FAO há mais de 50 anos, foi registrado um nível inferior a 5%, o que significou um excelente resultado por estar abaixo do limite para se considerar a superação da fome no país.

Resultado este, obtido através das políticas públicas de enfrentamento a pobreza, principalmente com o Programa Fome Zero. Especificamente este programa envolveu diversos ministérios, atuando de forma ampliada e integrada a fim de propor políticas estruturais com foco nas causas básicas da fome como forma de combater a desnutrição de grupos vulneráveis, compreendendo quatro eixos centrais: 1) Acesso aos alimentos; 2) Fortalecimento da agricultura familiar; 3) Geração de renda; e 4) Articulação, mobilização e controle social (BRASIL, 2010 apud FAO, 2014, p. 33).

Destaca-se que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujas compras governamentais da produção trouxeram incremento a renda dos produtores, além dos investimentos, incentivos e crédito aos pequenos produtores rurais. As alterações no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com obrigatoriedade de 30% dos gastos com alimentos serem oriundos da agricultura

familiar e de assentamentos da reforma agrária, o fortalecimento dos conselhos de alimentação, o Banco de Sementes e o Programa Bolsa Família, também contribuíram muito para o combate à fome (GALINDO *et al.*, 2021).

A partir do ano de 2016, os índices da fome e da extrema pobreza começaram a aumentar em decorrência das desigualdades sociais e de medidas de austeridade por parte do governo federal como cortes no Programa Bolsa Família, aumento acentuado do desemprego, das taxas de pobreza, e do desmantelamento de programas e órgãos bem-sucedidos de governos anteriores, incluindo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA – (SILVA, 2020).

Neste momento em 2022, os números relacionados à fome e a extrema pobreza são gravíssimos e alarmantes em consequência da crise política, social e econômica agravada pela pandemia da COVID-19. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) aponta no 2º “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil”, realizado em 2022, que do total de 211,7 milhões de brasileiros (as), 125,2 milhões convivem com algum grau de Insegurança Alimentar (Leve, Moderada ou Grave) e, destes, 43,4 milhões não tem alimentos em quantidade suficiente, sendo que 33,1 milhões de brasileiros (as) enfrentam a fome.

O número de brasileiros que passam fome aumentou em 14 milhões em pouco mais de um (1) ano. Conforme a pesquisa, o Brasil voltou ao patamar equivalente ao da década de 1990. Em pouco mais de um ano, a fome dobrou nas famílias que têm crianças menores de 10 anos, passando de 9,4% em 2020, para 18,1%, neste ano de 2022 (REDE PENSSAN, 2022).

Diante dessa situação, existe a necessidade, com certa urgência, da realização de pesquisas nas instâncias federais, estaduais e municipais, que utilizem metodologias consolidadas para podermos formular ações e programas sociais para combater a fome e os diferentes graus de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), que estejam alinhadas a uma alimentação saudável e sustentável articuladas com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e de garantia do DHAA (REDE PENSSAN, 2022).

Destaca-se que entre os princípios da PNSAN está à importância da valorização da produção local com respeito à cultura e também ao ambiente, compreendendo que a preservação da cultura alimentar deve estar associada a outros processos de valorização do saber, como a incorporação de formas de

preparo da culinária tradicional do território. Com isso, esta pesquisa aborda o tema da SAN, tendo como recorte de estudo especificamente a IAN no município de Guaratuba – PR. A proposta foi de trabalhar com pessoas que buscam atendimento junto aos Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do município, a fim de compreender a realidade das famílias e, diretamente, a realidade do consumo alimentar destas famílias.

1.1 JUSTIFICATIVA

Considera-se que a IAN, e/ou a fome, é uma questão de difícil aceitação e compreensão diante do nível de desenvolvimento científico, produtivo e tecnológico presente na sociedade contemporânea. Tema que permanece no cenário mundial como um fato recorrente e que evidencia de forma central o atual modelo de desenvolvimento, suas prioridades e conexões práticas no Brasil e no mundo no século XXI.

Mesmo que o contexto da COVID-19 tenha contribuído para que a fome voltasse ainda com mais força que em períodos anteriores ao cenário pandêmico, o fato é que tais avanços apenas refletem a desigualdade social em escala mundial e as diferenças geopolíticas históricas, demonstrando a perpetuação da fragilidade socioeconômica de vários países.

Embora as expectativas mundiais fossem de que a IAN iria melhorar em 2021, pós-pandemia, na realidade o que aconteceu foi que a fome aumentou ainda mais. O número cresceu aproximadamente em 150 milhões, considerando as projeções realizadas e reflete as diferenças entre os países e também internamente em cada país, onde as desigualdades são inúmeras. Observa-se que os índices de recuperação econômica apresentam padrões desiguais e tudo acontece em um cenário de escassez e diminuição de medidas de proteção social, adotadas em 2020 (FAO *et al.*, 2022).

Apesar de a maioria das pessoas subnutridas viverem na Ásia, a África é a região que apresenta maior prevalência. A previsão é de que 670 milhões de pessoas se encontrem subnutridas em 2030, o que equivale a 8% da população mundial, que infelizmente corresponde ao mesmo percentual do ano de 2015, quando a agenda 2030 foi proposta. A estimativa é que 78 milhões de pessoas a

mais estejam subnutridas em 2030, comparando-se com um prognóstico onde não estivesse acontecido a pandemia COVID-19 (FAO *et al.*, 2022).

Particularmente, no Brasil, a demora e o atraso por parte do governo na implementação de políticas de complementação de renda, como o auxílio emergencial, contribuíram para diminuir o acesso aos alimentos e o aumento da fome. Segundo dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), desde o ano de 2012 a população em situação de rua cresceu 140%, chegando a quase 222 mil brasileiros em março de 2020. As duas pesquisas realizadas pelo IPEA no respectivo período evidenciam o fato de que a intensificação da pandemia COVID-19 aumentou a vulnerabilidade daqueles que vivem nas ruas, colocando a necessidade de atuação urgente e mais intensa por parte do poder público (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020).

Neste contexto, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se torna um tema de fundamental importância cujo conceito, no Brasil, indica uma proposta abrangente e com vistas a integração:

A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam, social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Nota-se que as discussões em torno de uma Política de SAN, no Brasil, foram impulsionadas após o estabelecimento de uma esfera constitucional favorável à cooperação entre os ministérios por meio de marcos legais, constituídos com responsabilidade e com maiores investimentos na área agrícola, especialmente a agricultura familiar, em função do importante movimento da sociedade civil comprometida cada vez mais no processo político. No entanto, estas discussões decorrem de um movimento anterior, mobilizado pela sociedade civil organizada que culmina ainda na década de 90, com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), extinto dois anos depois (FAO, 2014).

Ainda assim, o movimento se fortaleceu e, em 2003, o CONSEA foi reestabelecido. No estado do Paraná, o CONSEA/PR foi criado pelo Decreto nº1556/2003, o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é

regulamentado pela Lei Estadual nº 16.565/2010, e o estado instituiu a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) através do Decreto nº 8.745/2010 (PARANÁ, 2010).

Especificamente o município de Guaratuba, situado no litoral paranaense que representa o local escolhido para a presente pesquisa, aprovou a criação dos componentes do SISAN em 2016, por meio da Lei Nº 1.633 de 23 de março (GUARATUBA, 2016). O COMSEA municipal foi composto em 2019, e a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), responsável pela elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), foi instituída em 2021, tendo, entre outras competências, a de zelar pela realização do DHAA e pela sua efetividade, por meio do diagnóstico e assistência às famílias em situação de IAN, no âmbito municipal.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade que atua diretamente com o cadastramento e a assistência de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de IAN, tem realizado ações que vêm de encontro às políticas de SAN. Observa-se que esta estrutura pública regulamentada e instituída pode permitir o fortalecimento e a ampliação de políticas públicas voltadas ao combate à fome por meio da Secretaria do Bem-Estar e da Promoção Social. Sendo assim, é fundamental a promoção de ações estratégicas e articuladas, de cunho intersetorial, envolvendo diversas secretarias municipais, que garantam a ampla participação dos atores sociais locais e a integração de profissionais de diferentes áreas.

Compreende-se que a percepção sobre a totalidade e a complexidade do problema da fome, exige do governo a ampliação das atuais políticas sociais a fim de permitir o acesso aos alimentos e o fortalecimento de políticas como, por exemplo, a complementação de renda, tornando-as permanente para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Para isso, conhecer os índices atualizados e a prevalência da IAN é importante para avaliar as condições de vida da população de um determinado local e, a partir dos resultados, planejar e desenvolver políticas públicas que possam auxiliar no combate à fome e à desnutrição.

Dessa forma, justifica-se a importância do presente estudo, no sentido de subsidiar políticas públicas locais e aprofundar a temática da SAN, especificamente para o município de Guaratuba. Mesmo que nos últimos anos tenhamos a ampliação metodológica para estudos sobre IAN, com a ampliação de estudos e dados dessa

natureza no Brasil, especificamente para os municípios pequenos, como no caso dos municípios do litoral paranaense, esses dados se apresentam de forma generalizada, tomando-se como referência municípios de maior porte, o que reforça a importância de tais levantamentos e análises.

O Brasil terminou o ano de 2022 no décimo segundo lugar entre os países do G20, segundo o Austin Rating¹, que classifica o ranking do PIB das maiores economias mundiais, subindo uma posição em relação à classificação do ano anterior, 2021.

Porém, ao analisarmos o Relatório de Desenvolvimento Humano do ano de 2021 elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que apontam os dados referentes a distribuição de renda pelo mundo, vemos que o Brasil ocupa as primeiras posições entre os países onde existe renda entre a população, sendo considerado um dos países mais desiguais do mundo. O mesmo relatório indica que o Brasil é o 87º no Índice de Desenvolvimento Humano, tendo regredido ainda mais em comparação com o ano anterior.

De fato, existe uma rede que se inter-relaciona entre a fome, a pobreza e a SAN, e estes fatores não estão somente vinculados a baixa renda. Os programas sociais voltados a SAN, devem articular formas e possibilidades de construção e de investimentos estratégicos, incluindo as áreas de saúde, educação, além de estruturar e ofertar condições de geração de trabalho e renda, visando a diminuição da vulnerabilidade social das famílias, no sentido de não se restringir a um mero serviço de assistência e emergência.

Ainda que algumas ações públicas procurem desvincular o acesso à alimentação, da produção, do comércio e da disponibilidade de alimentos, não há essa possibilidade, pois tratam-se de fatores interligados e interdependentes (MONTEIRO, 2003).

Entre os principais programas de assistência social no país, podemos destacar o Programa Bolsa Família (PBF), reeditado em 2023, em substituição ao Auxílio Brasil, que havia sido instituído pela Lei Nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021 em forma de substituição do PBF criado em 2004. Representa um programa

¹Notícia veiculada no jornal digital **Poder 360**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-volta-ao-top-10-no-ranking-de-maiores-economias-do-mundo/>>. Acessado em: 30 mar. 2023.

social de transferência de renda, direcionado às famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza. O benefício busca a garantia de uma renda mínima visando a possível superação da situação de vulnerabilidade social em que se encontra uma boa parte da população (BRASIL, 2022).

No entanto, o estudo realizado por Monteiro (2013), que buscou analisar a SAN de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, especificamente com crianças menores de cinco (5) anos, no município de Colombo-PR, demonstra a insuficiência do PBF como única forma de combate a IAN. Os dados apontados no estudo mostram que 81,6% das famílias conviviam com a IAN. Além de se constatar a pouca eficiência na garantia do DHAA, no geral as pessoas que recebem o benefício do Programa apresentam algumas características sociais semelhantes, que independem do território em que se encontram, tais como: a vulnerabilidade socioeconômica e a IAN.

Conforme Andrade *et al.* (2023), para compreender a dimensão social de um dado território é preciso conhecer as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos; as formas de organização e interação e os valores, normas e estruturas sociais que o constituem e dão consistência às pessoas desse território.

Efetivamente, os números revelam a necessidade de muitos avanços nas atuais políticas públicas de combate à vulnerabilidade social e, especificamente, à fome no país. Em pouco mais de um ano foi identificado que 14 milhões de novos brasileiros não têm o que comer. No final do ano de 2020 eram 19 milhões e em 2022 passou para 33 milhões de pessoas convivendo com a fome no Brasil. Nesse aumento, destacam que mesmo entre as famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda Federal, houve aumento da IAN moderada e grave (ANDRADE *et al.*, 2023).

Destacam ainda o quanto a fome se encontra diretamente associada as desigualdades de raça e de gênero. O aumento da fome entre famílias comandadas pela população negra foi de 70% e, especificamente nas famílias lideradas por mulheres a fome passou de 11,2% em 2020, para 19,3% em 2022. Outro fator preocupante diz respeito aos números da fome nos lares com crianças menores de 10 anos de idade. Em 2020 eram 9,4% e no presente ano esse número praticamente dobrou, passando para 18,1%. Nas famílias que possuem três ou mais pessoas com idade até os 18 anos foram registrados 25,7% dos lares com moradores que passam fome (REDE PENSSAN, 2022).

Na realidade, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (Rede PENSSAN), apresenta dados alarmantes da situação em que se encontra a nossa população, o que reflete a falta de planejamento e de políticas públicas de combate à fome e nos coloca diante de uma cruel desigualdade estrutural e social, onde, ironicamente, produzimos e exportamos milhares de toneladas de alimentos para o mundo todo e em nosso solo vivemos em um contexto de ampliação da fome, inclusive com o crescimento da fome entre famílias moradoras na zona rural (REDE PENSSAN, 2022).

Existe no Brasil e no mundo um grande debate que vem sendo disseminado e direcionado para a necessidade de mudanças nos sistemas alimentares que provocam desigualdades de ordem social, ambiental e de saúde pública. Tais discussões trazem a ideia de um processo de transformação no sentido de estruturar novos sistemas alimentares que sejam sustentáveis em decorrência das mudanças climáticas, e que interfiram no consumo alimentar. Isto, porque nas últimas décadas, os sistemas alimentares têm ocasionado muitos problemas nutricionais e de saúde pública, como obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e insegurança alimentar, além da degradação ambiental e desigualdades na área social (MALUF; BURLANDY, 2022).

Dessa forma, compreende-se que este estudo ao identificar os níveis de insegurança alimentar de uma parcela da população de Guaratuba, caracterizada por encontrar-se em situação de vulnerabilidade social, e ao relacionar o consumo alimentar destas famílias à produção local, proporciona reflexões sobre sistema alimentar e a possibilidade de fortalecimento ou alterações neste processo, colaborando para o desenvolvimento sustentável local.

Ao buscar dados específicos sobre a IAN no litoral do estado do Paraná, foi identificado que são bastante limitados e não refletem essa realidade diretamente. Encontramos somente um estudo que aborda a vulnerabilidade social dos municípios do litoral do Paraná, considerando os sete municípios: Morretes, Antonina, Guaraqueçaba, Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná e Paranaguá (AZEVEDO, 2016). Essa pesquisa demonstra inicialmente a importância econômica dessa região para o estado, levando-se em conta o PIB. No entanto, ao considerarmos o PIB *per capita* municipal a situação muda drasticamente para piora do quadro, principalmente ao se considerar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que aponta uma situação bem diferente.

No litoral, a geografia condicionou o cenário socioeconômico em uma relação com a natureza e a história concreta (SANTOS, 2006, *apud* AZEVEDO, 2016), que caracterizam as principais atividades como: portuária, turística, pesqueira e conservacionista. A área urbana e rural também não apresenta mudanças significativas a esta configuração já apontada, a maioria das atividades de produção estão vinculadas à multifuncionalidade do local, como o turismo, lazer e conservação da natureza, resultando em uma população, no aspecto geral, que é classificada dentro de um quadro de vulnerabilidade social.

A mesma autora ressalta a formação de uma área de ocupação cada vez maior nos municípios praianos-turísticos, ocupação esta, formada por migrantes de baixa renda vindos atrás de melhores oportunidades de vida e de trabalho, oriundos da capital Curitiba e também de diversos municípios do interior do estado, configuração que contribui para o aumento da vulnerabilidade social (AZEVEDO, 2016). Em sua pesquisa especificamente no município, para a área urbana, a autora encontrou os seguintes resultados:

Em Guaratuba, cerca de 36% da população urbana vive em setores de vulnerabilidade social muito baixa, 25,6% em áreas de baixa vulnerabilidade. Nas áreas de média vulnerabilidade, vivem 33,7% e 2,56% em áreas de vulnerabilidade muito alta. Esta corresponde a localidade de Mirim, área situada aos fundos da pista de pouso (aeroporto) de Guaratuba, e que possui divisa com o rio de mesmo nome. Já os setores de média vulnerabilidade estão em parte de áreas dos bairros Piçarras (onde existe uma comunidade pesqueira), Carvoeiro, Cohapar e Vila Esperança, todas áreas mais distantes da orla. Além disso, existem locais em pior situação, nas áreas da PR-412 na margem oposta à beira mar, especialmente nos balneários Nereidas e Coroados, neste último com destaque para as áreas já próximas a barra do rio Saí. (AZEVEDO, 2016, p. 116).

É importante dizer que nos bairros indicados com os índices de alta e média vulnerabilidade na pesquisa supracitada, residem famílias atendidas pelo CRAS Piçarras, local em que atuei como nutricionista, o que tem possibilitado a observação cotidiana sobre o aumento da precariedade das famílias residentes naqueles bairros, bem como a ampliação da busca por atendimento nos últimos meses.

Com isso, ampliam-se as evidências que levam a alguns questionamentos sobre a SAN e especificamente sobre a IAN das famílias que buscam atendimento

junto à rede de assistência social do município de Guaratuba.

A fim de abordar o tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para fins de recorte de pesquisa, destacou-se como objeto a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), e como problema de pesquisa a seguinte questão: “Quais os níveis de IAN em que se encontram as famílias do município de Guaratuba que buscam atendimento junto aos CRASs?”

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias do município de Guaratuba/PR que buscam atendimento junto aos Centros de Referência de Assistência Social.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Abordar as categorias conceituais de alimentação e nutrição em articulação às políticas públicas voltadas à assistência social básica, com base nas ações realizadas no município de Guaratuba-PR, junto aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS);
- Analisar os níveis de IAN (leve, moderado ou grave) das famílias que buscam atendimento junto aos CRAS;
- Analisar o perfil sociodemográfico das famílias que buscam atendimento junto aos CRAS;
- Analisar o acesso das famílias aos principais alimentos produzidos localmente.

Esta dissertação está estruturada em cinco (5) seções distintas, cada uma com sua finalidade e conteúdos específicos, e ao final, encontram-se referenciadas as bibliografias utilizadas no estudo.

A primeira seção apresenta o contexto geral do trabalho, assim como a justificativa e a importância do estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos da

dissertação, onde foi realizado um breve relato do tema e de sua relevância para o campo da pesquisa.

Na segunda seção estruturou-se o referencial teórico, no qual se construiu o levantamento dos assuntos correlacionados a SAN, identificando autores e discussões de destaque na área temática de abordagem da pesquisa. Assim, foram tratados temas como: a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a IAN e a SAN, discussões relacionadas as políticas públicas de assistência social, bem como a abordagem do desenvolvimento territorial, a fim de refletir sobre a SAN no território de Guaratuba.

A metodologia se encontra na terceira seção, onde foram descritos os métodos e as técnicas utilizadas, abordando como os dados foram coletados, como eles foram tratados e quais as ferramentas foram empregadas em sua análise.

A quarta seção reúne os resultados da análise de dados, assim como as discussões decorrentes e suas implicações para o tema em questão, contando com a utilização de gráficos, tabelas e outros recursos visuais para tornar a apresentação mais clara e facilitar o seu entendimento.

Para finalizar, na quinta seção estão dispostas as considerações finais da dissertação, onde se apresenta uma síntese do que foi aprendido com possíveis contribuições para futuros estudos na área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (IAN)

A discussão da Insegurança Alimentar e Nutricional é parte central do problema de pesquisa deste estudo, no entanto é um tema bastante abrangente e com uma produção relativamente significativa no campo de discussão da Nutrição e de outras áreas. Portanto, nessa seção iremos iniciar com uma discussão mais geral e introdutória sobre o conceito e origem da IAN, com base no levantamento dos textos e das publicações institucionais e de autores que integram as discussões sobre o tema no Brasil.

A IAN existe quando a disponibilidade de alimentos nutricionalmente adequados e seguros, ou a capacidade para adquirir esses alimentos de forma socialmente aceitável, é limitada ou incerta. A IAN pode variar do medo de não ser capaz de obter o alimento, à fome em razão da escassez de alimentos (SILVA, 2012).

É necessário observar que a definição da IAN não consiste em uma tarefa simples e de fácil consenso. Para o geógrafo brasileiro José Raimundo Ribeiro (2018), a IAN pode ser considerada como um “eufemismo” para não se falar da fome. No próprio conceito de IAN já se percebe uma disputa, onde a ONU considera apenas o acesso à quantidade de calorias, já o Banco Mundial utiliza a linha da pobreza como limitante, porém, apesar do empenho em se tentar colocar gradações ou evidenciar nuances no conceito, sabemos que são vãs as tentativas, pois ou a pessoa está com fome ou não está. A fome é consequência da falta de acesso aos alimentos e atinge milhares de pessoas no Brasil e no mundo. Mesmo com os grandes avanços econômicos, sociais, tecnológicos e industriais, a falta de comida continua sendo a causa da fome.

A vulnerabilidade social também está diretamente relacionada a IAN, ou seja, essas pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos, não têm condições de acesso aos alimentos. Desta forma, a baixa renda ou a pobreza são os principais fatores que impossibilitam e comprometem a aquisição e o acesso aos alimentos, e as pesquisas demonstram que nessas circunstâncias e condições os indivíduos apresentam algum grau de IAN (SILVA *et al.*, 2012).

Podemos considerar que a fome no Brasil tem suas origens no processo de constituição histórico-político da economia do país, iniciado no período de colonização do território brasileiro, pelos portugueses com a escravização das populações indígenas que aqui viviam. Entre os séculos XVI e XIX foi priorizado a exportação de produtos como: açúcar, tabaco, ouro, diamantes e café. Internamente, houve a manutenção da produção de mandioca, feijão e milho, porém, concentrada em poucos produtores. Tais fatores contribuíram para que se estabelecessem duas vertentes de consumo: a do povo europeu, com a importação de basicamente todos os produtos necessários para a sua alimentação, e a do povo, constituída principalmente por pessoas pobres e com restrições alimentares (SILVA; SÁ, 2006).

Especialmente entre os séculos XVII e XVIII houve no Brasil, um extenso período de fome, carestia e penúria. Entre outros fatores, ocasionado pelas distorções entre o interesse do comércio colonial de exportação e o abastecimento interno (SILVA; SÁ, 2006). Além disso, secas, pragas e endemias se somaram para a ampliação do cenário de fome no período colonial até o século XX.

A fome e seu contexto político, em termos de denúncia oficial, surgem no Brasil na década de 1940, com a publicação do clássico, *Geografia da Fome*, de autoria do médico, sociólogo e político pernambucano Josué de Castro. O autor procura chamar a atenção para o fato de que as causas da fome que atingia aproximadamente dois terços da população mundial, quase que em uma escala de pandemia naquela época, não eram somente questões atípicas, como guerras ou crises climáticas, mas se tratavam de um fenômeno produzido social e politicamente, por meio da limitação ao acesso de grande parte da população aos alimentos que eram produzidos.

Ele rompeu falsas convicções de que a fome e a miséria do mundo eram resultado da alta quantidade populacional e da escassez dos recursos naturais. Provou com seu trabalho ao longo do tempo que o problema da fome não tinha relação com a quantidade de alimentos produzidos, nem com o aumento da demografia e sim com a má distribuição das riquezas e dos produtos que se concentravam em poucas famílias e poucas pessoas. Defendia que a fome não acabaria somente se aumentassem a produção de alimentos, mas sim, se eles fossem melhor distribuídos, assim como a terra para os trabalhadores nela produzirem, o que o levou a ser um defensor da realização da reforma agrária. Entre

as suas principais reflexões encontra-se o desvelamento do silêncio em torno da temática da fome (CASTRO, 1984).

Em decorrência da fome, um grave problema de saúde pública acompanhou o Brasil durante várias décadas: as altas taxas de desnutrição proteico-calórica, principalmente na população que vivia na linha da pobreza, decorrentes da falta de moradia, desemprego, falta de saneamento básico, acesso a água potável, educação, serviços de saúde, entre outros. A população infantil foi diagnosticada com deficiência energética e a prevalência da desnutrição infantil decorrente da fome era assustadora. Observa-se que até a década de 1990, a desnutrição infantil estava presente em grande parte dos grupos populacionais mais pobres do Brasil, aumentando a incidência de doenças infecciosas e desempenhando um papel importante que levavam ao óbito. Entre 1996 e 2006 a desnutrição crônica (medida pela baixa estatura da criança em relação à idade) caiu 50% no Brasil, passando de 13,4% para 6,7% das crianças menores de cinco anos. Já a desnutrição aguda (baixo peso em relação à altura) passou a ser registrada em apenas 1,5% das crianças menores de cinco anos (UNICEF, 2011). Portanto, nota-se que houve uma redução considerável nos índices de desnutrição infantil no país.

A fome e a desnutrição, apesar de serem igualmente graves e compartilharem causas e vítimas, não são a mesma coisa. A fome é a falta de alimentação por longos períodos causando dor, mal-estar, fraqueza, baixa imunidade e podendo até levar à morte. Já a desnutrição está associada à fome e é um conjunto de condições de enfermidades resultantes da deficiência de calorias e de proteínas, seguida de repetidas infecções e ocorre principalmente em crianças menores de cinco anos, também podendo levar à morte (MONTEIRO, 2003).

É importante salientar que a Alimentação Escolar que teve início na década de 1940, é gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)², através do repasse de verbas de forma suplementar para os municípios, estados e Distrito Federal, destaca-se como um dos programas de maior abrangência e de maior importância para suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos. Apesar de ter um caráter suplementar, garante um

²Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação - Histórico. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas.pnae.pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acessado em: 02 maio 2021.

importante aporte nutricional para um número significativo de crianças matriculadas na educação infantil e em todas as etapas da educação básica.

Como será abordado no próximo tópico, o maior avanço para a SAN no Brasil nas últimas décadas foi a retirada de quase 40 milhões de pessoas da situação de pobreza extrema e que sofriam com a fome, principalmente pela criação de diversos programas de proteção social, com destaque ao Programa Fome Zero, dentre outros. Chegamos em 2014 com os dados estatísticos do IBGE fornecidos à FAO, registrando que a desnutrição crônica atingia níveis menores do que de 5% da população e a fome não mais apresentava características endêmicas. O Brasil, enfim, deixava o mapa da fome no contexto mundial (SILVA, 2018).

Nos últimos anos, mais precisamente a partir de 2016 assistimos os índices de acessibilidade aos alimentos e os gastos com os programas de proteção social no combate à fome diminuírem significativamente. A crise econômica, a ampliação do desemprego, o desaparecimento de políticas governamentais que mediam a relação entre o estado e a sociedade, a desvalorização da capacidade técnica dos servidores públicos bem como a diminuição das compras de alimentos e dos estoques comprova que a SAN foi afetada diretamente, assim como foi prejudicado o acesso de milhões de brasileiros mais pobres a alimentação, ocasionando a volta do problema da fome, conforme dados do Primeiro Inquérito realizado pela Rede PENSSAN (2020).

A pandemia da COVID-19 alcançou a triste marca de 615.000 mil mortes no Brasil. Sabendo-se que a falta de alimentos em quantidade e qualidade necessária enfraquece o organismo, compromete a imunidade e aumenta a probabilidade de doenças, faz com que a camada mais pobre da população esteja exposta e ainda mais vulnerável para contrair o vírus da COVID (BRASIL, 2020).

2.2 A POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (PNAN) E A POLÍTICA NACIONAL DE SAN (PNSAN)

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) foi aprovada em 1999 e atualizada no ano de 2011, através da Portaria nº 2715/2011, integra os esforços do Estado Brasileiro que por meio de um conjunto de políticas públicas, propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e a

alimentação. Inserindo-se na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e Sustentável (DHAA), que está contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é um direito básico reconhecido pelo Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), onde sua definição foi ampliada pelo artigo 11, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1966, e a operacionalização do alcance de seus conteúdos e de sua aplicação foi detalhada em 1999, no Comentário Geral 12 (BRASIL, 2013). O relator especial da ONU, em 2002, definiu:

O direito à alimentação adequada é um direito inerente a todas as pessoas ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (ABRANDH, 2013, p. 15).

O DHAA preconiza em seu contexto que toda pessoa tem o direito de estar livre da fome e da má nutrição, e também tem o direito ao acesso a uma alimentação adequada, portanto fundamenta os programas de SAN do ponto de vista jurídico e também estando em conformidade com os princípios dos direitos humanos.

Contudo, podemos considerar que entre 2003 e 2013 as discussões em relação a SAN no Brasil foram intensas, contribuindo para a estruturação de arranjos institucionais, que resultaram em uma Política Nacional de SAN. Entres estes arranjos, é importante destacar a volta do CONSEA, estendendo-se também para os estados e municípios, fazendo parte de uma estratégia de descentralização das ações e incentivo das políticas públicas ligadas a SAN. Isto somente foi possível pela mobilização de lideranças religiosas, academia e demais movimentos organizados da sociedade civil, que através de um movimento contra a fome, levou em 1993 a criação do primeiro CONSEA e a realização da Primeira Conferência Nacional de SAN no ano seguinte.

Em 1995 o CONSEA foi extinto, porém os movimentos contra a fome ganharam força até o ano de 2003, quando o Presidente Luis Inácio da Silva foi eleito e a erradicação da fome virou prioridade de governo. O CONSEA foi reativado e vinculado a Presidência da República como conselho consultivo e foi criado o

Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), que em 2004 se uniu a dois outros ministérios, originando o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome, responsável pela maioria das políticas públicas de SAN (FAO, 2014).

No ano de 2006 foi aprovada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (BRASIL, 2006), e quatro anos depois, em 2010, o DHAA foi reconhecido mediante a sua inserção na Constituição Federal, com a Emenda Constitucional nº 64/2010 (BRASIL, 2010a), e, a partir disso, o poder público passou a ter o dever de formular políticas e ações necessárias de promoção e garantia da SAN.

Com efeitos deliberativos da LOSAN e com o objetivo de operacionalização da mesma, constitui-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional(SISAN), o qual é integrado pelas seguintes instâncias: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o CONSEA; a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional(CAISAN); os órgãos e entidades de SAN da federação, estados, distrito federal e municípios; instituições privadas com ou sem fim lucrativo interessadas na promoção e fortalecimento da SAN (BRASIL, 2010b).

A LOSAN representa um marco para a SAN por diversos motivos, porém um dos grandes avanços refere-se ao estabelecimento de diretrizes e princípios orientadores e, a um só tempo, a descentralização dos processos para os estados e municípios, com a integração dos diferentes setores que representam o Estado e a sociedade civil organizada. Desta forma, a necessidade da efetivação da SAN foi estabelecida no Brasil, devendo contar com a participação de vários setores interagindo entre si para garantir que se realize o direito de todas as pessoas terem acesso a alimentos com qualidade e na quantidade necessária, baseando-se em hábitos alimentares que promovam a saúde, e que estejam em consonância com o meio ambiente, com a diversidade cultural e social e sejam sustentáveis.

Em 25 de agosto de 2010, o Decreto Nº 7.272 da Presidência da República, regulamenta a Lei Nº 11.345 de 15 de setembro de 2006, que criou o SISAN com vistas a assegurar o DHAA e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelecendo como objetivo geral a promoção da segurança alimentar e nutricional de acordo com o que foi determinado pelo SISAN, artigo 3º,

que assegura o direito humano à alimentação adequada em todo o território nacional, instituindo ainda as seguintes diretrizes como referenciais para elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2010c):

- I - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- II - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;
- III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
- IV - promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;
- V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;
- VI - promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;
- VII - apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e
- VIII - monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada. (BRASIL, 2010c).

Além disso, a incorporação deste direito no plano constitucional representou uma grande conquista para o povo brasileiro e tornou-se um marco histórico ao atribuir a responsabilidade do dever de proteger, prover, promover e garantir uma alimentação adequada de forma explícita ao poder público. Sendo assim, políticas e ações que promovam uma alimentação adequada em termos de quantidade e

qualidade, constituem um dever do estado e um direito do cidadão (BURITY *et al.*, 2010).

Nesse contexto destaca-se que um princípio fundamental à SAN é a Soberania Alimentar. O conceito de Soberania Alimentar originou-se na década de 1990, mais especificamente em 1996, em uma reação dos movimentos sociais camponeses às políticas agrícolas adotadas no mundo de caráter neoliberal, onde a FAO determinava simplesmente a garantia do alimento, não levando em consideração a forma de produção, nem o local, nem os produtores.

Desse modo, o conceito favorecia o agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, estimulando a monocultura. Na verdade, o conceito se refere ao direito que os povos têm de decidirem as políticas de produção de seu sistema alimentar com autonomia e definindo o que irão produzir, para quem produzir e, em que condições. Coloca como questões centrais: “(...) a autonomia e as condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares e camponeses, o que se reflete na produção de alimentos de qualidade, seguros, diversos, ambientalmente sustentáveis e adequados à cultura local (ABRANDH, 2013, p. 17).

Compreende-se, nesse caso, que a discussão da promoção da Soberania Alimentar não pode prescindir da identificação de informações locais, capazes de ampliar o conhecimento sobre os níveis de IAN no território, dentro do contexto cultural específico em que se encontram as famílias sob o risco da IAN. Observa-se que para a Via Campesina (Organização Internacional Composta por Movimentos Sociais do Campo de 1982) a alternativa para acabar com a fome e a IAN, é a Soberania Alimentar, com o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar e camponesa, por meio da produção baseada na agroecologia, diversidade de culturas, agroflorestas e na comercialização local (SILVA, 2020).

O Programa Fome Zero ou a Estratégia Fome Zero (EFZ) contou com dezenove ministérios e políticas específicas para enfrentar e combater a fome e a desnutrição infantil, reunindo mais de trinta ações voltadas a suprimir as causas básicas da fome das populações em situação de vulnerabilidade. O Programa se baseou em quatro eixos principais: acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda e articulação, mobilização e controle social. É importante destacar que foi estruturado um movimento nacional como política de governo, com foco na erradicação da fome e da pobreza. Este movimento incluiu

diversas ações e em diferentes áreas, envolvendo estados, municípios e movimentos sociais.

O ambicioso programa de transferência de renda, Bolsa Família, lançado em 2003, foi uma ação integrada a outras dentro de uma estratégia intersetorial: foram implementadas, simultaneamente, políticas de geração de empregos e renda, de proteção social, de aumento real do salário mínimo, de apoio à agricultura familiar e de intensificação da reforma agrária. Programas de alimentação, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), distribuição de Vitamina A e ferro, e alimentos para grupos populacionais específicos visavam combater a fome e a desnutrição diretamente, juntos a equipamentos públicos promovidos pelo Governo como bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares. Iniciou-se o programa Cisternas para promover o acesso à água no semiárido brasileiro (FAO, 2014).

As ações elencadas acima participaram de forma direta e indireta de um amplo processo de combate à fome, permitindo no ano de 2014 a constatação, com base em indicadores da desnutrição infantil e da extrema pobreza, da ampliação do acesso das famílias brasileiras à alimentação. No mesmo período foi observado o recuo dos níveis relacionados a fome nos âmbitos nacional, estadual e municipal, ocorrendo somente de forma isolada (FAO, 2014, p. 44).

No entanto, a medida provisória nº 870, da Lei nº 11346 de janeiro de 2019, publicada pelo governo federal extinguiu o CONSEA, revogando um artigo de um inciso da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de 2006, que fazia parte da estrutura organizacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (BRASIL, 2019). O CONSEA assessorava a Presidência da República e tratava do controle social na formulação, na execução e no monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), e era reconhecido por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) por ser um espaço de defesa do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), que trata, entre outros assuntos da produção de alimentos seguros e sustentáveis, da alimentação saudável e até da proteção ao consumidor relacionado às informações nutricionais e a rotulagem de produtos.

Diante das discussões apresentadas, no que se refere a construção histórica de uma política nacional de SAN, observa-se movimentos importantes, incluindo aspectos legais, no sentido do envolvimento amplo da gestão governamental nos diferentes âmbitos e áreas de atuação. Contudo, algumas descontinuidades acabam por interferir na base onde as ações e os programas deveriam repercutir de forma contínua e crescente, ocasionando alguns prejuízos diretos sobre a sua efetividade com implicações sociais como, por exemplo, o aumento da IAN.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

As primeiras discussões em torno da problemática de um Sistema de Proteção Social no Brasil datam de 1930, período marcado pela passagem do modelo de desenvolvimento econômico centrado no trabalho rural para o padrão urbano, com o processo de expansão do trabalho industrial. Em meados da década de 1970, esses sistemas de proteção social já se encontravam bem desenvolvidos e fortalecidos através de uma necessidade de amenizar a repressão existente sobre os trabalhadores em um cenário de ditadura militar dominante neste período (SILVA, 2007).

A partir da década de 1980 acontece um verdadeiro aumento e uma grande expansão dos movimentos sociais, sindicais e políticos. Surgem novos partidos, dentre eles, o Partido dos Trabalhadores. A luta contra a repressão e a ditadura gerou uma unificação da classe operária com o campo político partidário, onde a principal reivindicação era a ampliação e a universalização dos direitos sociais. O ponto alto dessas lutas acontece com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que se tornou um símbolo da redemocratização do país, após anos de um regime militar autoritário e cerceador da liberdade e dos direitos humanos. Esta nova Constituição foi transformadora, porque além de proteger garantias individuais, como a liberdade, trouxe direitos sociais de igualdade, visando a diminuição da pobreza e do preconceito (SILVA, 2007).

A seguridade social instituída na Constituição trouxe também novas perspectivas para os cidadãos, até mesmo aqueles fora do mercado de trabalho

passaram a ter direitos através da assistência social, deixando para trás a lógica e a cultura do favor.

Em 1991 se iniciam os debates propriamente ditos na agenda pública sobre os programas de transferência de renda que prossegue nos anos seguintes, buscando alternativas de subsidiar e garantir alguma forma de renda mínima familiar. Durante a década de 1990 houve várias tentativas de implementação de programas de transferência de renda. Inicialmente o foco deu-se na área da educação e da saúde, porém esses programas de proteção ou assistência social beneficiavam somente uma parcela da população, ora crianças pobres, ora crianças inclusas no trabalho infantil, ora também crianças fora da escola, como por exemplo o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), ou o Bolsa Escola, ou ainda o Bolsa Alimentação, Amamentação, que depois, foi rebatizado de Fome Zero (DRAIBE, 2002).

A criação desses programas nesta década foi muito importante no sentido de aprimorar e otimizar toda a operacionalização dos mesmos, trazendo inovações e agilidade desde o cadastramento, em que a mãe foi padronizada como a beneficiária dos recursos, até o recebimento do benefício em espécie realizado pela maior e mais abrangente agência bancária do país (Caixa Econômica Federal) e sua rede de lotéricas conveniadas através do cartão magnético disponibilizado pelo Governo Federal (AFONSO, 2007).

Segundo o mesmo autor, nessa década também foram instituídos programas que beneficiavam os idosos acima de 65 anos e deficientes físicos sem outra fonte renda, que recebiam um salário-mínimo, denominado de Renda Mensal Vitalícia e Prestação Continuada, também se criou o auxílio-gás, que visava as famílias mais pobres com um auxílio financeiro direto para compensar a extinção do subsídio que diminuía o preço do gás de cozinha (AFONSO, 2007).

Todas essas ações e programas que foram criados na busca de amenizar a falta de renda da população, seja por idade avançada, doenças, deficiências, desnutrição, excluídos do mercado trabalho, evasão escolar, entre outros, chamaram a atenção por serem praticamente ações isoladas, onde cada ministério criava seu tipo de auxílio, não havendo uma centralidade tanto no planejamento como na execução e no controle dos projetos e programas, o que os tornava restritos em sua abrangência e ausentes de integração ou de uma plataforma em comum.

A unificação dos programas de transferência de renda (amparado pela Lei nº10.836/2004), que era uma ideia já discutida e defendida no meio acadêmico, resultou no surgimento do Programa Bolsa Família, sendo administrado unicamente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo sua operacionalização efetuada pelo cruzamento dos programas já existentes e pelo início da criação de um cadastro único social. O Programa Bolsa Família também englobou os benefícios de outros programas como o bolsa alimentação; bolsa amamentação; bolsa escola; erradicação do trabalho infantil e vale gás (AFONSO, 2007).

A erradicação da pobreza e até mesmo uma diminuição significativa dos níveis de desigualdade social são praticamente descartados de um horizonte de curto e médio prazo sem utilizar da possibilidade concreta de dispositivos diretos de redistribuição. Os programas de transferência de renda são estes dispositivos necessários e existentes já há algumas décadas que acabam amenizando o aumento exponencial da pobreza e das desigualdades sociais.

Apesar dos programas terem sido inovados, somente a partir de 2004 que os dados suplementares começam a ser publicados através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004), que altera o processo de fornecimento de informações sobre os programas de transferência de renda, gerando dados sobre a incidência dos mesmos. Com o uso dessa ferramenta (PNAD), tornou-se possível avaliar o grau de eficiência dos programas de transferência de renda sobre a desigualdade social e a pobreza.

Os resultados são claros em apontar que todos os programas dão prioridade para a população com renda mais baixa e o número de famílias beneficiadas que possuem renda alta é quase que inexistente. Dentre todos os programas de transferência de renda, o que possui o valor de transferência mais alto é o Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS) que equivale a um (1) salário mínimo. O programa que, segundo os autores, possui o maior número de beneficiários em todo o país é o Programa Bolsa Família, do Governo Federal que beneficia milhões de famílias em todo Brasil (MEDEIROS *et al.*, 2006).

Tais Programas estão vinculados diretamente ao Cadastro Único, criado em 2001, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto Presidencial nº 3.877 de 24 de julho de 2001, revogado em 2007, e regulamentado recentemente pelo Decreto Federal nº 11.016 de 29 de março de 2022. O

Cadastramento Único para Programas Sociais, conhecido como CadÚnico é o instrumento que identifica famílias de baixa renda, onde o ganho per capita é de até meio salário mínimo e a renda familiar de até três (3) salários mínimos. Embora o cadastro único adote esses valores, os programas sociais não os aplicam, pois reduzem esses valores de referência, delimitando o seu alcance e incluindo nos programas tão somente os mais que pobres, os miseráveis (SPOSATI, 2021).

O cadastro único é a porta de entrada onde as famílias de baixa renda podem ter acesso aos programas que os governos estaduais, municipais e federal oferecem. O Ministério da Cidadania é o responsável pela gestão do cadastro único e sua execução é compartilhada pelo governo federal, estados e municípios. Sendo a Caixa Econômica Federal responsável por operar o Sistema do Cadastro Único, que conta com o auxílio e a participação do DATAPREV³.

As famílias com renda mensal de até meio salário-mínimo *per capita*, as pessoas que vivem na rua e as que moram sozinhas podem se cadastrar indo até o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do seu município com documentação simples (BRASIL, 2022).

Em uma das análises, entre tantas sugeridas para um debate em relação ao CadÚnico, está o questionamento para com os gestores públicos no sentido do que se tem feito com os dados desse cadastramento em todo o país? Os gestores do CadÚnico colhem dados de extrema relevância que fornecem muitas informações de suma importância sobre a realidade socioeconômica e cultural dos municípios. As questões que se colocam são sobre o destino dos dados inseridos nesse sistema e sua aplicação por parte dos governantes na estruturação de políticas públicas e na garantia de direitos sociais. Infelizmente, como argumenta Sposati, (2021), o CadÚnico tem sido utilizado meramente como coletor e organizador de dados, limitando-se a ordenar filas de espera, sem prestar as devidas respostas e ações àqueles que necessitam e compõem o cadastro.

Para Euzébio Filho (2016), os programas de transferência de renda, apesar de provocar um aumento significativo na renda de milhares de famílias que são beneficiárias e elevar o poder de consumo dos mais pobres, no Brasil, estudos de

³ DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência, é uma empresa pública brasileira vinculada ao Ministério da Economia. Disponível em: <<https://portal.dataprev.gov.br/>>. Acessado em: 02 maio 2022.

uma forma geral apontam para a estabilidade da concentração de renda sem interferir na redução da desigualdade social entre ricos e pobres.

Também é preciso considerar que os programas de transferência de renda estão diretamente relacionados às mazelas e lacunas geradas pelo sistema capitalista, no sentido de compensação: “não são marcas de um governo específico, tampouco foram simplesmente inventados pelo Estado moderno. Verdade que esses programas foram criados no contexto do capitalismo industrial, como forma de compensação social e manutenção das condições mínimas da força de trabalho” (SOUTO MAIOR, 2008 EUZÉBIOFILHO, 2016, p. 259).

No estado do Paraná, assim como nas demais regiões do país, os programas de transferência de renda são elaborados e instituídos por planejamento e estruturação própria, conforme a determinação de seus governantes. Por meio da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do atual governo do Estado do Paraná, foi criado o Programa Estadual de Transferência de Renda, especificamente o Cartão Comida Boa. Instituído pela Lei nº 20.747 de 18 de outubro de 2021, trata-se de um benefício de renda que visa contribuir com a sobrevivência das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, mensalmente, no valor de R\$ 80,00.

A concessão do benefício é de caráter continuado, e sua utilização é feita diretamente nos mercados, supermercados e locais credenciados, sem a possibilidade de saque através do cartão. Os beneficiários não poderão estar recebendo o Auxílio Brasil, deverão estar com o cadastro único atualizado e ter uma renda *per capita* mensal de até no máximo R\$ 200,00 (PARANÁ, 2022).

Entende-se que apesar desse benefício ter sua importância em uma situação de miséria e fome para algumas famílias, infere-se que não pode ser considerado um complemento ao Auxílio Brasil, tampouco gera maiores impactos aos graves problemas decorrentes da pobreza extrema e da desigualdade social. Como abordado anteriormente se faz necessário a articulação de diferentes políticas e programas que além da complementação de renda possam atuar nas áreas do trabalho, educação e saúde.

2.4 DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIO

Nota-se que o desenvolvimento não pode ser entendido tão somente como forma de acumulação, decorrente do aumento e dos ganhos em termos de produtividade macroeconômica. Deve, sobretudo, conduzir a formas sociais mais justas e que consigam estimular os potenciais e a criatividade das pessoas, atendendo aos desejos coletivos e sociais de forma ampla e justa (FURTADO, 2004, p. 485).

O processo de industrialização e de desenvolvimento econômico fez com que a maioria dos países buscassem a todo custo o crescimento do produto interno bruto (PIB), não se importando com a qualidade de vida, e isso causou grandes prejuízos para a população mundial, o que se reflete até os dias de hoje, ao observarmos o crescimento das desigualdades sociais. A economia em constante ascensão, sempre foi o objetivo principal do desenvolvimento e os aspectos sociais acabaram sendo deixados de lado. Especificamente o conceito de desenvolvimento se tornou uma temática importante, principalmente após a segunda guerra mundial em um cenário internacional de grandes mudanças políticas e econômicas, porém ele é resultado de um longo processo de ideias e discussões durante séculos, principalmente no ocidente. Contudo, a maneira de se tratar e encarar o fenômeno da pobreza no pós-guerra foi a principal causa do fortalecimento do discurso sobre o desenvolvimento globalmente (OLIVEIRA, 2002).

Nesse contexto as noções de subdesenvolvimento começam a fazer parte da retórica política, ao se referir aos países não industrializados. Para Sachs (1996) o que contribuiu para o avanço das discussões em torno do desenvolvimento no pós-guerra foi a necessidade de reconstrução das economias e da emancipação de colônias antigas, porém, inicialmente foi associado ao crescimento econômico, pois o pensamento era que se houvesse uma retomada do desenvolvimento econômico, com o tempo, tudo voltaria a funcionar como antes, e os efeitos dessa retomada iriam refletir na base social, ou seja, se resolveria também o problema da pobreza, da fome e das desigualdades sociais. No entanto, além da questão econômica, logo em seguida houve a necessidade de incluir ao desenvolvimento, os aspectos sociais, culturais, políticos, e ambientais, assim como a importância e a centralidade do desenvolvimento humano.

A visão de Celso Furtado (2004) nos mostra que o desenvolvimento, na sua essência, não é mais importante quando se trata do crescimento econômico, mas, quando o projeto social que o caracteriza consegue realmente melhorar a vida e as condições das pessoas. Outro aspecto relevante se dá quando Celso Furtado (2004) nos diz que a transformação dos agricultores em atores dinâmicos da economia, se daria através da liberação de terras para produção dentro de um plano nacional de reforma agrária, que possibilitaria, associado a políticas públicas de comercialização desses produtos, por meio de projetos, além da subsistência, a melhoria das condições devida na área rural e a permanência desses trabalhadores no seu local, evitando o deslocamento para áreas urbanas, gerando o aumento de mão-de-obra não qualificada nas cidades.

Estão aí colocadas as condições favoráveis para um desenvolvimento territorial, que englobam os trabalhadores rurais (agricultores), que irão atuar no espaço local, a terra onde se dará o processo de construção da produção propriamente dita e o aspecto político, que será acionado e concretizado, contemplando através dos projetos e das políticas públicas que irão impulsionar o comércio desses produtos, movimentando a economia local e realmente efetivando o desenvolvimento social e territorial.

Josué de Castro (1984) e Celso Furtado (2004) enfatizam que o Brasil, por ser um país dotado de uma extensa geografia, que assegura e reserva uma das maiores biodiversidades do mundo e possui milhões de hectares de terras agrícolas ainda não exploradas e extensas áreas que podem ser cultivadas, água ainda em quantidade abundante, climas favoráveis, nos proporcionam condições de almejarmos um desenvolvimento próspero e socialmente incluyente. Além disso, associado a estudos e pesquisas agronômicas, planejamentos ecológicos, políticas públicas, poderemos criar possibilidades concretas para estimular inúmeros agricultores familiares a produzirem alimentos e criar também centenas de empregos não agrícolas, desde que se instale uma política de reforma agrária que vise a produção exercida pelos atores que constituem o local, onde a agricultura familiar seja priorizada e incentivada, em detrimento da agricultura mecanizada das monoculturas.

Observa-se que diante do conflito entre o desenvolvimento econômico e a questão do meio ambiente e da preservação da natureza, no início da década de 1970, onde uns defendiam o capitalismo selvagem a qualquer preço, e outros, em

uma posição extremamente oposta, argumentavam que o crescimento e o desenvolvimento deviam ser zero, onde nada deveria avançar na questão econômica e também eram contra a natureza, surgem novas abordagens, entre elas a inclusão do conceito de território e novas propostas.

Para Amartya (1993) a riqueza de um país não deveria ser medida somente pela sua capacidade produtiva e distribuição per capita de renda, e sim pela qualidade de vida dos seus habitantes. Para tal, duas diferentes questões:

Primeira: a prosperidade econômica é apenas um dos meios para enriquecer a vida das pessoas. É uma confusão no plano dos princípios atribuir a ela o estatuto de objetivo a alcançar. Segunda: mesmo como um meio, o mero aumento da riqueza econômica pode ser ineficaz na consecução de fins realmente valiosos. Para evitar que o planejamento do desenvolvimento e o processo de formulação de políticas em geral sejam afetados por custosas confusões de fins e meios, teremos de enfrentar a questão da identificação dos fins, nos termos dos quais a eficácia dos meios possa ser sistematicamente avaliada (AMARTYA, 1993, p. 28).

Vieira (2009) ao referir-se ao conceito de desenvolvimento territorial sustentável, argumenta que este conceito se refere a um tipo de política ambiental que inclui tanto o caráter preventivo, como o caráter proativo. Sua efetivação exige investimentos empíricos profundos, comparativos e analíticos, de modo transdisciplinar, a fim de garantir o desenvolvimento de sistemas próprios de planejamento e gestão totalmente descentralizados.

Nota-se que o conceito de território e a sua compreensão, assim como proposto pelo geógrafo Milton Santos, se configura como fundamento às discussões de desenvolvimento. Ao tomarmos a sua obra: *Concepções de geografia, espaço e território*, verificamos que o conceito de espaço é uma categoria central para o autor, o qual contém as condições materiais necessárias para a vida. Indica a constância do tempo, presente e passado em suas diferentes formas e manifestações. Já o território resulta da construção e das relações sociais, bem como das organizações e atividades humanas, apresenta uma totalidade e por sua vez, certa autonomia, visto que, existem regras próprias para esse processo (SANTOS, 2003).

Nesse caso, o território, ganha o significado de ser o local onde se dão as relações sociais, o lugar onde os seres humanos recriam o seu espaço, e seu conceito absorve uma característica delimitada, porém não fixa em sua integralidade, pois dependerá de uma análise mais profunda, que irá necessitar

levarem consideração outros atores e outras relações sociais e de poder. Dessa forma tentar definir o território e/ou o espaço, requer muita reflexão (SAQUET; SILVA, 2008).

No Brasil, as discussões sobre o tema que envolve a abordagem territorial, começam por volta dos anos 1990, onde os movimentos sociais e outras instâncias da sociedade civil tentam se reorganizar politicamente, a partir do processo de redemocratização do país (SCHNEIDER *et al.*, 2010).

Pensar o território em termos de desenvolvimento significa considerá-lo sobre dois pilares fundamentais: primeiro devem ser observados os recursos territoriais, tangíveis e intangíveis, aqueles fatores que demandam um trabalho de reconhecimento e organização, que precisam ser descobertos e evidenciados e podem ser mais gerais ou específicos. Segundo, existem as pessoas ou atores sociais (privados, públicos e associativos) nas suas inúmeras formas de estruturação e coordenação, cujo papel é a resolução dos problemas específicos daquele território e da sua capacidade produtiva (DENARDIN, 2016).

No momento em que reconhecemos as relações de poder entre os diversos atores, projetadas em um espaço demarcado, estamos entendendo o território. Segundo Milton Santos (2003), o território não é somente o resultado dos sistemas naturais e das coisas realizadas pelos seres humanos. Ele é o chão com as pessoas, ou seja, nos situa, nos dá a base, nos faz sentir que pertencemos a esse espaço e também que ele nos pertence, é a nossa referência. Devemos entender que falar em território é falar em território usado por uma população que a ele pertence.

Pecqueur (2005) apresenta alguns princípios, desafios e dinâmicas, assim como, estratégias e mecanismos de territorialização diretamente relacionados ao conceito de desenvolvimento territorial sustentável. Para o autor, a princípio, se poderia definir o desenvolvimento territorial como: todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território.

Observa-se que o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto, e mesmo que criem políticas públicas nesse sentido, essa construção é dos atores e, em uma dinâmica inserida no tempo deles (atores). A territorialização baseia-se no princípio da especificação dos ativos que existem no estado virtual e não podem ser transferidos (PECQUEUR, 2005). Os recursos específicos

constituem a expressão do processo cognitivo, esse processo inicia quando atores dotados de competências diferentes põem essas competências em comum e, dessa forma, produzem conhecimentos novos. Quando saberes e conhecimentos heterogêneos são combinados, novos conhecimentos são produzidos. Esses são os recursos próprios ao território e não é possível transferi-los, fato este que o diferencia em relação ao seu vizinho.

A característica é a construção pelos atores que fazem a história em um determinado local, e essa dinâmica revela recursos inéditos, novos, que não existiam, isso é inovação, e não apenas uma repetição de coisas pré-existentes. Exatamente por isso se torna fundamental a distinção entre os conceitos de território dado e de território construído, que geralmente são confundidos. Porém, deve-se atentar ao fato de que um não anula o outro, e existe a necessidade clara de compreensão que o território é ao mesmo tempo o que contém, e também o conteúdo:

Território dado – É a região, o distrito, a província, trata-se do território somente, ou seja, a priori. Geralmente é o território institucional.

Território construído - É o resultado do processo de construção dos atores, não existe em todo o lugar.

Recursos e ativos genéricos – Mão de obra, capital, matéria-prima e informação. Esses recursos ao se tornarem ativos não deixam de ser genéricos. Não mudam de natureza e podem ser medidos por um preço.

Recursos e ativos específicos – Não podem ser transferidos de forma alguma. Não podem ser expressos em preço, são produzidos num território que se torna então revelado. (PECQUEUR, 2005, p. 13).

O processo de especificação que qualifica e diferencia os recursos revelados pelos atores na tentativa de resolverem seus problemas produtivos dentro do território, constitui um movimento de reestruturação de economias industriais, uma maneira nova de se adaptar a globalização.

Além disso, para Pecqueur (2005), esse processo de construção do território pelos atores não diz só respeito aos produtores, mas também aos consumidores. Algumas dessas práticas são antigas, e esse fenômeno é um movimento que dá novamente importância ao local num mundo globalizado. Assim, constatamos que aplicações dos princípios de desenvolvimento territorial já são praticadas e a nova

questão é que, a pertinência dessas práticas, se fortalecem pela globalização, pois esta, torna indispensável para as economias dominadas, desenvolver uma diferenciação de seus produtos para não ficarem submetidas a totalidade de suas atividades e aos riscos da concorrência. No entanto, a ampliação e a consolidação dessas práticas encontram algumas dificuldades, que não podem impedir a busca de meios para vencer esses desafios.

Carlos Brandão afirma que o Brasil tem imensa criatividade e uma habilidade inusitada para se reinventar, além do mérito de possuir uma diversidade incrível e ser considerado um gigante em potencial, para tanto faz referência a Celso Furtado “somente a vontade política é capaz de canalizar as forças criativas para a reconstrução de estruturas sociais avariadas e a conquista de novos avanços na direção de formas superiores de vida”. (CELSO FURTADO, 1985, p. 11 *apud* CARLOS BRANDÃO, 2010 p. 113)

Dessa maneira, parece sobressair a crença na nossa capacidade inventiva e, principalmente, nos potenciais naturais e também naqueles culturalmente construídos na diversidade, que compõem as diferentes regiões, formas e tipos de produção e de organização com características próprias do nosso povo. Com isso, partimos do reconhecimento da importância do significado do desenvolvimento territorial para pensar a SAN.

Coloca-se como necessário, propostas de desenvolvimento do campo que situem o trabalhador rural em seu espaço e lhe deem autonomia para produzir e fortalecer suas relações sociais e de trabalho, a fim de estabelecer as condições de transformar o panorama crítico da nossa realidade atual e combater com urgência a fome e a miséria em nosso país. Tal movimento aliado ao espaço urbano com ações também de produção, de preservação e consumo consciente, articulados aos espaços produtivos locais.

2.5 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

Para pensarmos em termos de desenvolvimento territorial, o qual pode ser compreendido como um sistema que está constantemente sendo modificado, existe um espaço que é o território e possui sua história ao longo do tempo, porém sua

integração sistemática interna e externa, dá-se baseada nos recursos existentes no local, exercendo sua função e possibilitando a potencialização econômica e social com o propósito de proporcionar melhor qualidade de vida aos atores participantes desse processo (DALLABRIDA, 2015).

A territorialização baseia-se no princípio da especificação dos ativos que existem no estado virtual e não podem ser transferidos. Os recursos específicos constituem a expressão do processo cognitivo, esse processo inicia quando atores dotados de competências diferentes põem essas competências em comum e, dessa forma, produzem conhecimentos novos. Quando saberes e conhecimentos heterogêneos são combinados, novos conhecimentos são produzidos. Esses são os recursos próprios ao território e não é possível transferi-los, fato este que o diferencia em relação ao seu vizinho (PECQUEUR, 2005).

Inicialmente a estratégia de identificação dos recursos específicos de um determinado território, é primordial para o desenvolvimento, bem como para pensarmos a SAN, pois representa o primeiro passo para poder ativá-los e inseri-los no processo de produção. Esses recursos estão no território e são eles que, através de sua exploração consciente pelos atores locais, irão possibilitar a geração de renda e o desenvolvimento territorial propriamente dito. A diferenciação intrínseca desses recursos específicos e sua valorização, muitas vezes, compõem a maior possibilidade de ganho real no território (DENARDIN, 2016).

Ao pensar o município de Guaratuba, não podemos entendê-lo meramente como um espaço político-administrativo com delimitações geográficas precisas, mas sim como diferentes territórios, o dado e o construído, conforme apresenta Denardin (2016). Para o autor, a governança territorial diz respeito à capacidade dos atores públicos e privados em se organizar para a busca de soluções de problemas comuns. Ela é indispensável para legitimar e viabilizar os processos de desenvolvimento territorial. Além disso, a coordenação das ações de diferentes atores contribui para construir socioeconomicamente o território.

As construções de inovação nos territórios devem se expandir pelos municípios e pela região, ampliando as possibilidades de competitividade entre territórios, proporcionando maior abrangência e estimulando as organizações e o aumento das significações próprias destes locais, que encontram modelos que respeitam sua natureza e suas peculiaridades produtivas sem alterar sua paisagem orgânica global (COVAS; COVAS; DALLABRIDA, 2019).

Essa concepção é bastante relevante na medida em que busca trabalhar e evidenciar os potenciais materiais, ou recursos tangíveis do território e que podem se transformar em ativos que contribuem com o desenvolvimento local, por meio de investimentos responsáveis e articulados das pessoas que ocupam o espaço territorial. Entre esses investimentos encontram-se os recursos intangíveis, que participam deste território como os modos de ser e fazer dos atores sociais em relação ao seu local e suas formas de habitar e de viver nesse local. O que significa compreender as diferentes naturezas dos recursos que podem se encontrar de forma natural, como parte intrínseca da região, ou construídos:

Os recursos são, portanto, de naturezas diferentes, segundo que são dados ou construídos. Uma tipologia desses recursos fará aparecer os desafios estratégicos dos oferecedores de serviços, como as cidades, por exemplo. Estas últimas se tornam produtoras de valores e não mais apenas espaços de consumo; tornam-se saídas, lá onde apenas as empresas seriam criadoras de valor. A tipologia que utilizamos aqui consiste em distinguir, de um lado, ativos e recursos; e, do outro, a qualificar os ativos ou os recursos, segundo sua natureza, genérica ou específica.

Por ativos, entendemos fatores “em atividade”, enquanto que os recursos são fatores a explorar, organizar, ou ainda, revelar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem uma reserva, um potencial latente ou virtual que pode se transformar em ativo se as condições de produção ou de criação de tecnologia o permitirem (PECQUEUR, 2005, p. 13).

Os ativos ou recursos se distinguem ainda em genéricos ou específicos. Os primeiros independem do local de produção e podem, facilmente, ter seu processo de produção transferido. No segundo caso, dos recursos específicos, a possibilidade de transferência é bastante limitada, visto que compreende uma maneira de ser e fazer muito específica e implicada no modo de vida dos atores:

Os recursos específicos só existem no estado virtual e não podem, em caso nenhum, ser transferidos. Esses recursos nascem de processos interativos e, então, são gerados na sua configuração. Eles constituem a expressão do processo cognitivo que se inicia quando atores dotados de competências diferentes põem essas competências em comum e, dessa forma, produzem conhecimentos novos. Quando conhecimentos e saberes heterogêneos são combinados, novos conhecimentos são produzidos que podem, por sua vez, participar de novas configurações. A criação de tecnologia resulta, assim, de um processo caracterizado pela emergência de recursos específicos que provêm de uma dinâmica cognitiva sinônima de uma aprendizagem interativa (PECQUEUR, 2005, p.13).

Considerando que os recursos ativos de um território contribuem para a superação de problemas locais, com base na potencialização de soluções próprias, é fundamental a articulação desta categoria com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que diz que todo o brasileiro tem o direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, que respeite as particularidades e características culturais de cada região (FAO, 2014). Desta forma, reconhecer os recursos territoriais tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais) que desencadeiam processos e dinâmicas de desenvolvimento territorial no município de Guaratuba-PR, é importante como forma de promoção da SAN.

Assim, cabe ao poder público adotar políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a SAN da população. Esta política enquanto realização do DHAA abrange não apenas o provimento de alimentos, mas também o direito dos indivíduos ao acesso, de forma regular e permanente, a alimentos de qualidade e em quantidade adequada, baseado em práticas alimentares promotoras de saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Diante do exposto, o modelo de produção e consumo de alimentos é fundamental para garantia da SAN, pois, para além da fome, há IAN sempre que se produzem alimentos sem respeito ao meio ambiente, com uso de agrotóxicos que afetam a saúde de trabalhadores/as e consumidores/as e ao princípio da precaução, ou, ainda, quando há ações, incluindo publicidade, que conduzem ao consumo de alimentos que fazem mal à saúde ou que induzem ao distanciamento de hábitos tradicionais de alimentação (BRASIL, 2006).

A SAN demanda ações intersetoriais e participativas na garantia de acesso à terra urbana e rural no território, de garantia de acesso aos bens da natureza, incluindo as sementes, de garantia de acesso à água para consumo e produção de alimentos, da garantia de serviços públicos adequados de saúde, educação, transporte, entre outros, de ações de prevenção e controle da obesidade, do fortalecimento da agricultura familiar e da produção orgânica e agroecológica, da proteção dos sistemas agroextrativistas, de ações específicas para povos indígenas, populações negras, quilombolas e povos e comunidades tradicionais. É, ainda, fundamental que as ações públicas para garantia de SAN possam contemplar abordagem de gênero e geracional (BRASIL, 2006).

Desta forma, o DHAA é complementar e fundamental ao conceito e aos programas de SAN, do ponto de vista jurídico e de direitos humanos. O DHAA é necessário para a sobrevivência humana. O panorama internacional reconhece este direito de todos à uma alimentação adequada e também de estar livre da fome como condição básica para realização de outros direitos humanos.

É sempre importante reafirmar que o DHAA está associado à dignidade da pessoa humana, à justiça social e à possibilidade de se conquistar outros direitos. Isso mostra nitidamente a necessidade de políticas e programas públicos que tenham como princípio a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade para que se possa promover a realização desses direitos. Nesse sentido, é fundamental que as estratégias que promovam o DHAA superem práticas paternalistas, assistencialistas, discriminatórias e autoritárias. Dessa forma, a promoção e a realização do DHAA necessitam do planejamento de políticas, programas e ações públicas onde sua implantação e monitoramento estejam garantidos por um processo democrático, participativo e inclusivo, que respeite as diferenças e as diversidades entre os seres (BURITY *et al.*, 2010).

Compreende-se que o DHAA, ganha novas dimensões ao ser complementado pelo conceito de Soberania Alimentar, de tal forma que pode ser considerado imprescindível à SAN, pois ela garante a liberdade e a autonomia dos povos para definirem as questões relativas à sua alimentação.

A Soberania Alimentar assegura a supremacia na determinação dos alimentos próprios e necessário ao consumo interno, o que envolve o respeito as culturas locais com o devido reconhecimento dos potenciais materiais e imateriais, assim como a preservação da biodiversidade agrícola local (ABRANDH, 2013).

Para Silva (2020) a valorização da cultura alimentar é uma proposta de organização social em uma dimensão política e econômica, onde nenhum desenvolvimento poderá ser sustentável se não garantir a SAN e dos habitantes do território onde ocorre. A lógica é sempre fortalecer as atividades de produção que já existem, assim como a comercialização e o consumo, porém deverá contemplar a inclusão social do conjunto da população do território, criando novas oportunidades aos segmentos excluídos para que possam reinserir-se com dignidade no contexto e fortalecerem esse sistema.

No entanto, cada vez mais é perceptível a contradição entre as necessidades alimentares das pessoas e o que os sistemas agroalimentares oferecem, mesmo nos países mais ricos. Está cada vez mais sinalizado a necessidade urgente do consumo de verduras, legumes e hortaliças em contrapartida ao consumo de produtos ultraprocessados, assim como também a diminuição do consumo de carnes na dieta (ABRAMOVAY, 2022).

O debate sobre os sistemas alimentares propõe elementos importantes na estruturação de alternativas às práticas de produção, comercialização e consumo vigentes. Sob uma perspectiva multiescalar e multidimensional, Maluf e Burlandy (2022, p. 29), evidenciam a possibilidade de consolidação “(...) de sistemas alimentares sustentáveis, equitativos e saudáveis no contexto de mudanças climáticas”.

Com isso, ressalta-se que uma política de SAN para ser coerente com a abordagem de direitos humanos, deve incorporar princípios e ações essenciais para a garantia da promoção da realização do DHAA, bem como os mecanismos para a exigibilidade deste direito (BURITY *et al.*, 2010). Desta forma, reconhecer os recursos territoriais tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais) que desencadeiam processos e dinâmicas de desenvolvimento territorial no município de Guaratuba/PR, é importante como forma de promoção da SAN.

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

Considerando a reflexão sobre as categorias conceituais de alimentação e nutrição em articulação às políticas públicas voltadas à assistência social básica, com base nas ações realizadas no município de Guaratuba-PR, junto ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), esse estudo se configura como de caráter exploratório e descritivo, visto que buscou descrever, analisar e caracterizar as famílias estudadas e o hábito de consumo de alimentos locais. Trata-se de uma pesquisa de cunho quali-quantitativo, com a utilização de questionário estruturado baseado na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), complementado com dados socioeconômicos.

A compreensão e conceituação da SAN, por sua abrangência remete à uma abordagem interdisciplinar, pois busca identificar aspectos quantitativos do consumo alimentar, como também aspectos relacionados a qualidade desse consumo, envolvendo o acesso, a sustentabilidade, a cidadania e os direitos humanos (KEPPLE; CORREA, 2011).

Em termos de procedimentos técnicos, foram adotados levantamentos de cunho quantitativo, complementados por referenciais qualitativos de pesquisa (GIL, 2008), a fim de identificar o grau de IAN em que se encontram as famílias do município de Guaratuba que buscam algum tipo de atendimento junto aos CRASs, bem como, a verificação do consumo alimentar e sua correlação com a produção local. Com isso, procurou-se tão somente a identificação do consumo daqueles produtos que foram caracterizados como predominantes no município. Neste caso, para esta pesquisa, não interessou se estes produtos são ou não produzidos neste território, mas nesse primeiro momento, entende-se que é importante observar se existe contato com estes alimentos pelas famílias participantes da pesquisa. Dessa forma, podemos recomendar políticas públicas tanto para estimular o consumo, como o acesso e a distribuição desses alimentos por meio de ações específicas com foco na produção local.

Em termos quantitativos, no Brasil, a IAN é medida por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que consiste em um instrumento

psicométrico que avalia especificamente a experiência com a fome de populações em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2014).

A EBIA pauta-se em um método de pesquisa quantitativo voltado para a mensuração de um fenômeno de natureza social, o que pode e deve ser complementado por estudos de natureza qualitativa. Minayo (2017, p. 2) afirma que entre os pressupostos que justificam a credibilidade metodológica de determinada abordagem, em primeiro lugar está a complementariedade possível entre a abordagem qualitativa e quantitativa, embora de diferentes naturezas: “Uma trata da magnitude dos fenômenos, a outra, da sua intensidade. Uma busca aquilo que se repete e pode ser tratado em sua homogeneidade, a outra, as singularidades e os significados”. Assim, para fins de qualificação dos condicionantes sociais da IAN, será utilizado um instrumento de cunho quali-quantitativo, por meio de questionário estruturado.

Segundo o estudo técnico nº 01/2014, publicado pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), que foi criada para subsidiar políticas e interesses do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome, a EBIA pode ser descrita como uma escala que avalia de forma direta uma dimensão da SAN através do fenômeno da fome. Ela foi elaborada a partir de uma escala americana desenvolvida através do projeto do indicador Cornell realizado pela Universidade de Cornell nos Estados Unidos (BRASIL, 2014).

Este projeto se constituiu em duas fases, onde inicialmente houve uma avaliação qualitativa com as pessoas que já haviam passado fome, e na segunda fase, um estudo quantitativo com base nos relatos de pessoas que também passaram por essas experimentações, onde neste momento foram compostos os indicadores diretos que são utilizados para medir a IAN. Essa escala foi constituída por um questionário com dezoito itens e foi utilizada nos Estados Unidos, a princípio e posteriormente por diversos países, identificando a Segurança Alimentar em quatro níveis: 1) Segurança Alimentar no Domicílio 2) Insegurança Alimentar Leve 3) Insegurança Alimentar Moderada 4) Insegurança Alimentar Grave.

Com a intenção de construir uma escala voltada para a realidade brasileira, partiu-se da escala americana com dezoito itens em seu questionário, e contando com o trabalho unificado de cinco instituições de pesquisa brasileiras (UNICAMP, UNB, UFPB, INPA e UFMT) a equipe trabalhou com as perspectivas de metodologia qualitativa e quantitativa, objetivando validar um questionário próprio.

Após a tradução da escala original e sua exposição para críticas de especialistas fez-se um estudo em algumas cidades com as populações urbanas e rurais. Como resultado desse estudo foi proposto uma escala de quinze perguntas com uma linguagem apropriada para a realidade brasileira.

A pesquisa para validação confirmou que a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) possui alta validade para diagnosticar a Insegurança Alimentar e a fome no nível domiciliar no Brasil. A escala tem como característica ser de fácil aplicação e ter um baixo custo, apresentando uma metodologia quantitativa capaz de medir um fenômeno social, o que lhe confere ser uma plataforma para estudos qualitativos que poderão aprofundar a compreensão da SAN. A escala passou por algumas atualizações no sentido de simplificar e aprimorar seu conteúdo para a realidade nutricional do Brasil (CORRÊA, 2007).

Recentemente, Interlengui *et al.* (2019) realizaram um estudo motivado pela possibilidade de se utilizar uma escala somente com 8 itens, uma vez que, esforços anteriores neste sentido, não suprimiram a necessidade da adição de 6 itens, no caso da presença de menores de 18 anos no domicílio pesquisado. Desta forma, um dos principais objetivos da pesquisa foi “explorar a performance psicométrica dos 8 itens gerais de adultos em relação à capacidade de classificar adequadamente a insegurança alimentar em *His House Children’s Home - HHCh*⁴” (INTERLENGUI *et al.*, 2019, p. 13).

O principal resultado da pesquisa foi a constatação da aplicação da versão do questionário somente com 8 itens, prescindindo da complementação específica dos correlacionados para domicílios com crianças/adolescentes, mantendo a mesma veracidade da versão completa. Assim, em decorrência da sua comprovada eficiência e eficácia, optou-se por utilizar a EBIA reduzida com oito questões (INTERLENGUI *et al.*, 2019). Esta opção também permite relacionar e comparar alguns resultados com a pesquisa dos inquéritos alimentares realizados pela REDE PENSSAN nos anos de 2021 e 2022.

⁴Correspondente à denominação domicílios com menores de 18 anos, crianças/adolescentes.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA

A presente pesquisa ocorreu nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Guaratuba, localizado no litoral do Estado do Paraná.

Observa-se que Guaratuba é uma região potencialmente ativa em sua área rural, com inúmeras possibilidades alimentares. A agricultura (familiar) é a principal atividade econômica, seguida pela pesca, o artesanato e o turismo sazonal. Guaratuba é conhecida por suas belas praias e natureza exuberante, o que faz com que o setor turístico da cidade seja bastante movimentado. O município é o maior produtor de bananas do Paraná, cultivada principalmente na comunidade do Cubatão. A cidade conta com 27 comunidades rurais, que sobrevivem basicamente da agricultura e da pesca, e, estão divididas entre mais de 180 quilômetros de estrada rural, sendo praticamente 1.200 famílias de produtores (IPARDES, 2022). O município configura-se como território com grande potencial para ampliar ações voltadas à produção e distribuição de alimentos nutricionalmente ricos para a população da região.

No que diz respeito a área de serviço social, a Secretaria do Bem-Estar e Promoção Social, conta com uma Unidade de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Porto Seguro – que trabalha de forma a prevenir violações de direitos, violência e outras situações com crianças e adolescentes. Conta também com um espaço que é o Centro de Convivência do Idoso, que promove atividades em grupo com os idosos, visando prevenir situações de risco social e assegurar a convivência familiar e comunitária. Também integra a Secretaria do Bem-Estar e Promoção Social, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que é a unidade do SUAS, responsável por oferecer serviços, programas e benefícios voltados a indivíduos e famílias em situação de risco pela violação de direitos. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que conta com duas unidades em Guaratuba. O CRAS I, situado na região central da cidade, e atende todos os bairros da cidade, exceto Mirim e Piçarras. E o CRAS II, que atende os bairros Mirim e Piçarras.

O CRAS é a unidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) responsável por oferecer serviços, programas e benefícios voltados à prevenção de situações de risco e fortalecimento dos vínculos familiares comunitários, e o público

atendido são famílias e indivíduos que apresentam vulnerabilidade social, isolamento e/ou com laços de convivência familiar e territorial fragilizados e que necessitam da Proteção Social Básica.

Dentre os serviços ofertados estão o Cadastro Único, que se caracteriza por ser o passo inicial para acessar benefícios e programas sociais como o BPC-LOAS, Auxílio Brasil, Cartão Comida Boa, Programa Leite, Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nossa Gente Paraná, Benefícios Eventuais (Cesta Básica, Kit auxílio maternidade, roupas) além de serviços de documentação, e projetos como a Horta Comunitária, Grupo de gestantes, Grupo de mulheres, Rodas de Conversa, dentre outros.

3.3 POPULAÇÃO A SER ESTUDADA

O público alvo foram pessoas maiores de 18 anos, residentes no município de Guaratuba, que buscavam atendimento diretamente nos CRAS, integrados à Secretaria do Bem-Estar e Promoção Social, independentemente de serem beneficiários do Programa Bolsa Família ou qualquer outro programa social, no município de Guaratuba. Normalmente, se tratam de famílias e indivíduos que apresentam vulnerabilidade social, isolamento e/ou com laços de convivência familiar e territorial fragilizados e que necessitam da Proteção Social Básica. Levando-se em consideração que qualquer habitante do município poderia buscar atendimento e/ou informações junto ao CRAS, utilizou-se como referência para fins de cálculo da amostra, a população total do município.

Guaratuba conta com uma população de 42.062 habitantes (IBGE CIDADES, 2022). No primeiro semestre do ano de 2022, a média de pessoas inscritas no Cadastro Único era de aproximadamente doze mil, e a média do número de famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, atual Programa Bolsa Família, girava em torno de quatro mil.

O critério de escolha do entrevistado foi baseado na pesquisa desenvolvida pela REDE PENSSAN (2021), e considerou como o respondente a pessoa, maior de 18 anos, capaz de fornecer informações sobre as características do domicílio e de responder questões sobre a participação em programas sociais, alimentação e rendimentos da família.

Considerando uma amostra probabilística, aleatória simples, chegou-se ao número de 119 pessoas, tendo como base para o cálculo o número total da população do município Guaratuba, que de acordo com o IBGE Cidades (2022), é estimada em 37.527 pessoas, na época em que não havia a conclusão do Censo do IBGE, com grau de confiança de 95% e margem de erro de 0,9. Para o cálculo da amostra foi utilizada a calculadora online (SURVEY MONKEY, 2022). É importante ressaltar que foi acrescido uma margem de segurança de 5% na amostra, totalizando 125 entrevistados.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados se deu por meio de questionário estruturado adaptado da Rede PENSSAN (2021), que pode ser observado no Anexo 2. O questionário teve perguntas relativas a: Descrição do domicílio; Informações dos moradores dos domicílios; Renda familiar; Prevalência de segurança ou insegurança alimentar no domicílio, considerando um conjunto de oito itens utilizados na EBIA (perguntas com respostas diretas: „sim/ não“); formas de alimentação e o acesso dos(as) moradores(as) aos programas sociais e aos alimentos da agricultura familiar de Guaratuba-PR. O questionário foi incluído no celular e continha perguntas estruturadas, elaborado na Plataforma *Google Forms*, com respostas pré-definidas e codificadas em sua maioria e duas ou três perguntas abertas.

Os itens que determinaram os níveis de Segurança Alimentar (SA), Insegurança Alimentar (IA) e (IA Leve, Moderada ou Grave), tiveram sempre como referência os últimos três meses e foram obtidos pela aplicação da EBIA de oito itens descritos, com pontos de corte pré-estabelecidos e a partir dos escores de respostas afirmativas. Desta forma, para a estratificação dos níveis de SAN/IAN, cada resposta afirmativa do questionário representou 1 ponto, sendo a pontuação do domicílio estimada pelo total de respostas afirmativas e está pode variar de 0 a 8 pontos; sendo a SAN = 0; IAN leve = 1-3 pontos; IAN moderada = 4-5; e IAN grave = 6-8.

A aplicação do questionário ocorreu nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no município de Guaratuba-PR, realizada exclusivamente por este pesquisador, no período de 03 de março até o dia 30 de

março de 2023, de segunda a sexta-feira, no horário entre 11:30 e 13:30, sendo que nas quartas-feiras deu-se no horário de 13:30 até 17:00 h.

Inicialmente os funcionários do CRAS foram orientados pela Coordenação da Unidade a comunicar as pessoas que vinham em busca de atendimento, se as mesmas gostariam de participar de uma pesquisa sobre Segurança Alimentar e Nutricional com o nutricionista da Secretaria do Bem-Estar e da Promoção Social.

Em seguida, aqueles que aceitavam participar do estudo, eram direcionados para respondiam ao questionário enquanto aguardavam o atendimento com os orientadores e assistentes sociais.

A duração da entrevista, em média, ficou entre 5 e 10 minutos e as pessoas eram em sua grande maioria do sexo feminino e de diversas faixas etárias, sendo que todos maiores de 18 anos.

A princípio as pessoas estavam curiosas e um pouco introvertidas, porém, no decorrer das entrevistas se sentiam mais à vontade e demonstravam interesse em relação ao assunto. Em um primeiro momento era apresentada a pesquisa, os objetivos e a importância dos resultados da pesquisa para subsidiar políticas públicas de SAN no município, uma vez que os resultados deveriam ser devidamente apresentados a administração do município. Em seguida, era apresentado o termo livre esclarecido para que os entrevistados ficassem cientes dos seus direitos e dos aspectos éticos de participação.

No final da entrevista, de uma forma geral, observou-se que os participantes se sentiam valorizados por terem participado com suas respostas e pontos de vistas. Alguns se sentiram bastante gratos por poderem expressar seu parecer em relação a um tema e assunto tão importante e que afeta diretamente o seu cotidiano e de sua família.

Em alguns momentos durante as perguntas do questionário, ficou claro a emoção dos entrevistados, principalmente quando estes estavam respondendo as questões relacionadas à EBIA, onde a insuficiência de renda comprometia o acesso aos alimentos. Quando se observava situações onde o entrevistado era o responsável pela família e não conseguia suprir as necessidades alimentares de seus filhos, de idosos ou de familiares doentes ou inválidos, e ficava evidente a realidade da fome.

A análise dos dados deu-se por meio de estatística descritiva, tendo como base a pesquisa desenvolvida pela Rede PENSSAN (2021). Foi realizada a

apresentação e organização dos dados obtidos e analisados em aproximação com os resultados divulgados em 2021/2022, diretamente aqueles relacionados a IAN, nos diferentes estados e na federação.

3.5 GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O projeto foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, via Plataforma Brasil sob o nº CAEE 66310322.3.0000.0214.

A presente pesquisa empírica foi iniciada apenas após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UFPR.

A participação no estudo foi totalmente voluntária, sendo que o participante poderia desistir a qualquer tempo, e ocorreu após orientação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TCLE (ANEXO 1) autoriza a utilização dos dados para o desenvolvimento da pesquisa e publicações científicas.

Entre os esclarecimentos consta a garantia sobre o sigilo das informações obtidas por meio do questionário com preservação total da identidade do respondente, por meio de identificação numérica dos questionários para o tratamento e discussão das informações, não havendo qualquer risco de exposição dessas informações. Sendo que esses dados foram utilizados unicamente para essa pesquisa e serão armazenados pelo período de cinco anos após o término da pesquisa, sob responsabilidade do pesquisador responsável, conforme legislação específica (Resol. 466/2012 e 510/2016).

O pesquisador se comprometeu a não divulgar os dados dos participantes da pesquisa (nome), buscando garantir o direito à privacidade, ao sigilo, à confidencialidade e à anonimidade de dados pessoais.

Além disso, caso houvesse qualquer desconforto em relação às questões apresentadas ou ocorresse alguma dúvida em relação às mesmas, a entrevista poderia ser interrompida a qualquer tempo para os devidos esclarecimentos.

Finalmente, foi ressaltada a importância da participação para o aprofundamento da realidade das pessoas que buscam algum tipo de atendimento no CRAS, contribuindo para a melhoria e avanço das políticas públicas municipais.

3.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram da pesquisa pessoas maiores de 18 anos, residentes no município de Guaratuba, que buscavam atendimento diretamente nos CRAS Piçarras e Novos Horizontes. O CRAS Piçarras atende os moradores do Bairro Piçarras e do Bairro Mirim, e o CRAS Novos Horizontes engloba o atendimento da área rural e da maioria expressiva dos bairros do município. Também é referência para os moradores, por ser o único CRAS até o ano de 2021 e por se localizar em uma região central e de fácil acesso.

O critério de escolha foi baseado na pesquisa desenvolvida pela REDE PENSSAN (2021), e considerou como entrevistado a pessoa capaz de fornecer informações sobre o perfil demográfico de todos (as) os/as moradores (as) do domicílio e de responder questões sobre alimentação e rendimentos da família. Caso não quisesse ou não soubesse responder, o mesmo não seria incluído na pesquisa.

3.7 RISCOS E BENEFÍCIOS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA

Entende-se que o risco envolvido na presente pesquisa envolveu possível situação de constrangimento dos (as) participantes, como, por exemplo, o não acesso aos alimentos, renda familiar, ou algo que tenha lhe causado vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos ou ainda pela situação social em que se encontrava. Ciente deste risco, o pesquisador conduziu a aplicação do questionário em um ambiente em que não ocorresse o julgamento privado.

O pesquisador ressaltou que a pesquisa não tinha caráter investigativo e punitivo, e foi esclarecido que não interferiria em qualquer tipo de benefício solicitado ou em andamento junto ao CRAS. Desta forma, ao menor sinal de desconforto, o pesquisador alertaria sobre a desobrigação de falar sobre o tema. Igualmente no TCLE, foi recomendado que, o participante interrompesse a entrevista nos primeiros sinais de desconforto.

Os benefícios na participação deste estudo residem na contribuição à pesquisa científica e a produção do conhecimento. A participação na pesquisa

também proporcionará a Secretaria do Bem-Estar e da Promoção Social conhecer melhor a realidade das pessoas que buscam algum tipo de atendimento no CRAS, auxiliando na melhoria e no avanço das políticas públicas de combate à fome e a desnutrição no município de Guaratuba, colaborando com o desenvolvimento local sustentável.

3.8 CRITÉRIOS DE ENCERRAMENTO OU SUSPENSÃO DA PESQUISA

A pesquisa seria encerrada caso os participantes da amostra não aceitassem fazer parte e/ou não assinassem o TCLE. Também poderia ser encerrada ou suspensa por motivos particulares ou de saúde que interrompessem a participação na execução da pesquisa, ficando sob responsabilidade do orientador o andamento da mesma, sua realização e conclusão do projeto, mediante a Resolução 466/2012 (CNS).

3.9 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO

O estudo tem finalidades acadêmicas, assim como a comunicação científica de seus resultados, seja no corpo da dissertação; em eventos científicos por meio de exposição oral e/ou escrita; em artigo, ensaio ou outro tipo de publicação em revistas científicas; ou entre outros materiais de publicações científicas.

Também, os resultados do estudo serão divulgados aos participantes da pesquisa e a Secretaria do Bem-Estar e da Promoção Social, no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Guaratuba.

3.10 MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA

O Quadro 1 apresenta sinteticamente as questões de pesquisa, objetivos e as categorias operativas e analíticas, bem como os respectivos tipos de dados, primários e secundários.

QUADRO 1 - MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA

		Coleta de Dados	
		Primários	Secundário
Objetivos Específicos		Operativa	
		Análítica	Operativa
-Quais os níveis de IAN em que se encontram as famílias do município de Guaratuba que buscam atendimento junto aos CRASs?			
Objetivo Geral da Pesquisa: Avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias do município de Guaratuba/PR que buscam atendimento junto aos Centros de Referência de Assistência Social			
Refletir sobre as categorias conceituais de alimentação e nutrição em articulação às políticas públicas voltadas à assistência social básica, com base nas ações realizadas no município de Guaratuba-PR, junto aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS);	Políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2015)	Transferência de Renda (EUZÉBIO FILHO, 2016; SILVA; SILVA, 2007)	Pesquisa Bibliográfica (GIL, 2008)
Analisar os níveis de Insegurança Alimentar (leve, moderado ou grave) das famílias que buscam atendimento junto aos CRAS;	Segurança Alimentar Nutricional (ABRANDH, 2013; BURITY et al., 2010; MALUF, 2023)	IAN (SILVA, 2012; UNICEF, 2005)	EBIA (BRASIL, 2014)
Analisar o perfil sociodemográfico das famílias que buscam atendimento junto aos CRAS;	Segurança Alimentar Nutricional (ABRANDH, 2013; BURITY et al., 2010; MALUF, 2023)	IAN (SILVA, 2012; UNICEF, 2005) Desigualdade Social (CASTRO, 1984; (FURTADO, 2004)	Questionário. Semiestruturado (GIL, 2008) EBIA (BRASIL, 2014)
Analisar o acesso alimentar das famílias aos principais alimentos produzidos localmente.	Territorialidade (FURTADO 1985, SANTOS, 2003, PEQUEUR, 2005)	Agricultura Familiar (PECQUEUR, 2006; GAZOLLA, SCHNEIDER, 2017; PREISS, SCHNEIDER, 2020)	Questionário. Semiestruturado (GIL, 2008) Dados socioeconômico e consumo alimentar (LAKATOS, 2021)

FONTE: o autor (2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA-PR

O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) em âmbito municipal tem papel central como equipamento público de atuação direta, por meio da integralização de equipes multidisciplinares com a presença de profissionais do serviço social, psicologia e também da área de nutrição, entre outras áreas, a fim de pensar em uma perspectiva intersetorial no enfrentamento dos problemas sociais, entre eles os inerentes a SAN (NUNES; ARAÚJO, 2011).

O SUAS deve estar em consonância com os outros sistemas públicos, como o Sistema Único de Saúde (SUS), que propõe assegurar o direito a saúde e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) que, por sua vez, propõe assegurar a efetivação do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Tanto o SUAS como o SISAN são políticas públicas gerenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e fazem parte das políticas públicas que tem como objetivo principal a proteção social das famílias e/ou indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social.

Também fica a cargo do SUAS a promoção de ações visando a diminuição das desigualdades, a inclusão social e a utilização de direitos, que inclui o direito à alimentação, firmando assim um elo com o SISAN, estimulando e promovendo o desenvolvimento econômico e social local, através do fortalecimento da agricultura familiar e da reorganização da produção, da comercialização, da distribuição e do consumo de alimentos. Desta forma, se concretizam avanços relevantes que tem como prioridade a realização do DHAA na promoção da Soberania Alimentar e da SAN, no país (NUNES; ARAÚJO, 2011).

No âmbito do município de Guaratuba, o trabalho da Assistência Social é de responsabilidade da Secretaria do Bem-Estar e da Promoção Social por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e demais unidades que compõem esta Secretaria. No ano de 2021, a gestão municipal divulgou o “Plano Municipal de Assistência Social – PMAS”, elaborado pela Secretaria Municipal do Bem-Estar e da Promoção Social. Este documento pontua as ações da Assistência

Social para o quadriênio 2022-2025, representando um instrumento de planejamento estratégico que está em consonância com o Plano Plurianual - PPA do município para o mesmo período (GUARATUBA, 2021).

Segundo o PMAS, até o ano de 1997, a assistência social do município fazia parte da Secretaria Municipal de Saúde, sendo desmembrada nesse ano para a criação da Secretaria Municipal do Bem-Estar e da Promoção Social (SMBEPS). À Secretaria, cabe o planejamento, acompanhamento e provimento da estrutura necessária para o desenvolvimento dos serviços, programas e projetos de assistência social do município. Entre as prioridades de proteção básica, estabelecidas no PPA para os próximos 3 anos, destacamos: ampliar o acompanhamento às famílias que não conseguem cumprir as condicionalidades do Bolsa Família (Programa extinto em 2019 e reeditado pelo atual governo, em 2023); ampliar o número de vagas no Programa Horta Comunitária e implementar novas Hortas Comunitárias próximas aos bairros das famílias atendidas, fortalecendo assim esse programa; implantar o Centro de Referência Social – CRAS II; implantar a Unidade de Programas Sociais (GUARATUBA, 2021).

No mesmo documento consta que os serviços socioassistenciais prestados pela SMBEPS se encontram de acordo com a realidade do município e também com as políticas públicas de assistência social estabelecidas na esfera estadual e federal. Ainda, os atendimentos da assistência social buscam beneficiar à população do município nos seus diversos territórios. “O conceito apreendido sobre o território na área social, compreende os indicadores locais sobre as situações de risco e violação dos direitos sociais, que necessitam da oferta da Proteção Social afiançada pela assistência social (GUARATUBA, 2021, p. 22). Também apresenta dados importantes em relação a distribuição dos atendimentos nos diferentes bairros do município.

Em termos de organização do território, a SMBEPS, através de dados do CECAD e do Sistema Gerenciador de Benefícios – GBEN-da SMBEPS, está realizando um levantamento das demandas por bairros e das localidades rurais, que requerem atendimentos e serviços da assistência social. Os dados preliminares coletados no GBEN, apontaram que os bairros de Piçarras, Cohapar e Mirim juntos somam 4.548 cadastros, as demais regiões do município (incluindo a área urbana e rural) possuem 4.858 cadastros. É importante citar que a quantidade de cadastros do GBEN, diverge dos dados do Cadastro Único, pois, o sistema GBEN registra todos os atendimentos prestados pela assistência social, independente do atendido ser ou não inscrito no cadastro único (GUARATUBA,2021, p. 23).

Ao analisarmos os dados disponíveis no Sistema de “Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico – CECAD, para o ano de 2022, mês de novembro, temos um total de 23.921 pessoas cadastradas no CadÚnico, representando um total de 10.847 famílias. Deste total de famílias, no mesmo mês, 2.557 famílias encontravam-se em situação de extrema pobreza, com renda per capita inferior a meio salário mínimo. Em 2020 esse número para o mesmo mês era de 1.918, o que mostra um crescimento de aproximadamente 25% no número de famílias nos últimos dois anos. Considerando somente as famílias oficialmente inscritas no CadÚnico, o que pode se ampliar a depender do número de pessoas que não conseguiram realizar o seu cadastro (BRASIL, 2022).

Com base nos dados levantados neste estudo, buscou-se identificar e caracterizar socioeconomicamente a população que busca algum tipo de atendimento junto aos CRAS’s, independentemente estarem cadastradas no CadÚnico e de serem beneficiários de algum dos programas de transferência de renda ou similares (Tabela 1). Assim, foi realizada a aplicação de 125 questionários.

Entre os entrevistados, observa-se a predominância de mulheres com faixa etária entre 31 e 50 anos e cor/raça branca. Este dado demonstra que são pessoas em idade ativa para o trabalho, como indica a definição de População Economicamente Ativa (PEA), que se refere ao conjunto da população, incluindo pessoas ocupadas e desocupadas (IBGE, 2010).

TABELA 1 - CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023

Características Socioeconômicas	n	%
Faixa etária		
18 a 30 anos	35	28,00%
31 a 50 anos	58	46,40%
51 a 65 anos	28	22,40%
Maior que 65 anos	4	3,20%
Sexo		
Feminino	98	78,40%
Masculino	27	21,60%
Cor/Raça		
Amarela	2	1,60%
Branca	64	51,20%
Indígena	1	0,80%
Preta ou Parda	58	46,40%
Total	125	100,00%

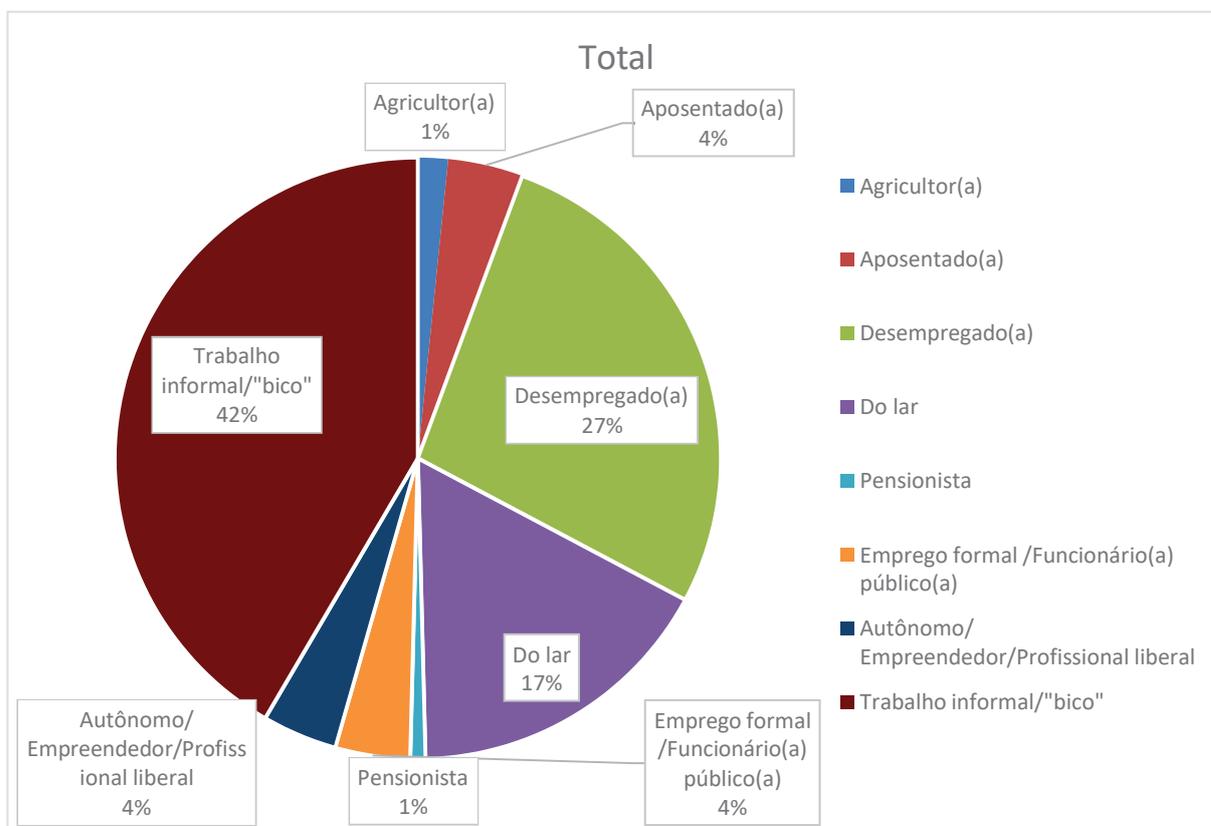
FONTE: o autor (2023).

No entanto, ao analisarmos os dados referentes a ocupação, temos 41,6% deste grupo formado por trabalhadores informais e 27,2% de desempregados, como podemos observar no Gráfico 1.

Ao cruzarmos a faixa etária da população com os números referentes a ocupação, verificamos que grande parte dos entrevistados que deveriam estar formalmente inseridos no mercado de trabalho, encontram-se desempregados ou em situação informal de trabalho. Esta amostra representa o perfil daquelas pessoas que buscam algum atendimento junto aos CRAS"s do município de Guaratuba-PR.

Nos resultados encontrados no II Inquérito VIGISAN, realizado pela Rede PENSSAN (2022), destacamos os números relativos ao desemprego e ao trabalho informal, para o país, que indicam, respectivamente, um percentual de 8,2% e 17,4%. Ao compararmos com os valores de Guaratuba, atentamos para o fato de que há uma elevada diferença. O que reflete a realidade dos municípios do litoral paranaense, que exceto o município de Paranaguá, sofrem pela baixa oferta de empregos, tornando-os bastante dependentes das atividades de alta temporada.

GRÁFICO 1 - TAXA DE OCUPAÇÃO DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023



FONTE: o autor (2023).

Identificamos ainda que a amostra é formada predominantemente por pessoas do sexo feminino 78,4%, e que existe um equilíbrio em relação a cor/raça entre brancos (51,2%) e pretos/pardos (46,4%).

Ao trazer à tona os índices que dizem respeito aos níveis de escolaridade constatamos que entre os entrevistados prevalecem aqueles que tem o ensino fundamental incompleto, representando 36% do total da amostra, seguido de 21,6 % com ensino médio incompleto e 18,4% com o ensino fundamental completo, como descrito na Tabela 2.

Os dados, quando analisados conjuntamente mostram pessoas, em sua maioria, com baixo acesso aos bens e serviços públicos, que podem ser considerados indivíduos que se encontram à beira da linha da pobreza. Neste caso, de modo geral, quando as necessidades básicas não são possíveis de ser acessadas de maneira suficiente, fica caracterizada uma condição de privação de direitos, o que pode ser entendido como pobreza. Ou seja, "é entendido como pobre aquele indivíduo que não dispõe dos meios minimamente necessários para

participar adequadamente da vida na sociedade em que está inserido” (SALATA *et al.*, 2022, p. 24).

TABELA 2 - NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023

Escolaridade	n	%
Ensino Fundamental Completo	23	18,40%
Ensino Fundamental Incompleto	45	36,00%
Ensino Médio Completo	20	16,00%
Ensino Médio Incompleto	27	21,60%
Ensino Superior Completo	2	1,60%
Ensino Superior Incompleto	8	6,40%
Total	125	100,00%

FONTE: o autor (2023).

Quando se trata da verificação da renda entre os indivíduos da amostra, o que se apresenta são números que corroboram com a realidade acima mencionada, onde encontramos 78,4% dos indivíduos com renda de até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo Per Capta (SMPC), o que demonstra uma situação bastante próxima da linha da pobreza, considerando 29.6% com renda de até $\frac{1}{4}$ de SMPC e 48.8% com renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ SMPC, como demonstrado na Tabela 3.

TABELA 3- RENDA *PER CAPTA* DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023

Salário Mínimo Per Capta	n	%
Até 1/4 de SMPC	37	29,60%
Mais de 1/4 até 1/2 SMPC	61	48,80%
Mais de 1/2 até 1 SMPC	22	17,60%
Mais de 1 SMPC	5	4,00%
Total	125	100,00%

FONTE: o autor (2023).

É importante salientar que o Brasil tem utilizado os indicadores do Banco Mundial para a determinação do índice de pobreza, que em 2021 designava como referencial os ganhos per capita de US\$ 5,50, e era equivalente a R\$ 486,00 mensais. Já para a indicação de pessoas na linha de extrema pobreza, o referencial foi de US\$ 1,90 per capita, ou R\$ 168,00 mensais. Destacamos que neste mesmo

ano, 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população do Brasil) se encontravam em situação de pobreza, segundo as proposições do Banco Mundial, das quais 17,9 milhões (8,4%) estavam em condições de extrema pobreza. Estes números retrataram os índices percentuais recordes, tanto na pobreza quanto na extrema pobreza, desde 2012, ano de início da série (IBGE, 2021). Nota-se que os números encontrados em Guaratuba em 2023, considerando as pessoas com rendimentos de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo mensal, se aproxima dos mesmos índices identificados pelo IBGE em 2021.

Essa realidade pode ser considerada um alerta, em se tratando de uma representatividade considerável da população que tem a necessidade da intensificação de medidas de atenção e apoio, incluindo as esferas, municipal, estadual e federal, para a superação destes índices.

Ao verificarmos as condições de moradia da população estudada observamos que grande parte dos domicílios são constituídos por 3-4 moradores, o que representa 48%. Já, os domicílios com menos de três moradores, estão representados por 39,2%. Entre estes domicílios, aproximadamente a metade conta com moradores com idade inferior a 10 anos (51,2%).

Praticamente a totalidade dos entrevistados em relação ao tipo de domicílio, residem em casas de madeira (46,4%) ou de alvenaria (50,4%). Estes domicílios se encontram distribuídos majoritariamente na área urbana (95,2%) e em sua grande maioria possuem acesso a luz elétrica e a água potável (99,2%). Do total dessas residências, 28,8% não possuem coleta de lixo e 50,4% indicaram não ter acesso ao esgotamento sanitário. Estes últimos resultados sinalizam a necessidade de atenção por parte dos gestores, pois são indicativos importantes de saúde pública e representam as condições de moradia dos participantes da pesquisa, como podemos ver no Gráfico 2.

Em relação à distribuição dos participantes da pesquisa nos bairros, houve representatividade da grande maioria das áreas existentes no município, com destaque para Cohapar II (29,6%), Carvoeiro (14,4%) e Vila Esperança (10,4%), indicados por estudo realizado por Azevedo (2016) como regiões de média vulnerabilidade. No mesmo estudo os maiores bairros e com maior população são Piçarras e Mirim, que apresentam também o maior índice de vulnerabilidade social. Porém, considerando que o estudo supracitado foi realizado há mais de seis anos e em um período anterior à pandemia de COVID-19 e, considerando ainda os

resultados gerais da presente pesquisa, inferimos que pode haver algumas alterações nos resultados dos estudos de Azevedo (2016).

GRÁFICO 2 - COLETA DE LIXO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO RESIDENCIAL DAS FAMÍLIAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023



FONTE: o autor (2023).

Ainda assim, cabe ressaltar que entre os indivíduos representados nesta pesquisa, 32% somam a maioria dos entrevistados e são originalmente vindos de Curitiba e região metropolitana, seguidos de 23,2% de nativos de Guaratuba e 28,8% de outros municípios do estado do Paraná, incluindo os situados na região litorânea. É importante frisar que a constituição territorial dos municípios do litoral do Paraná, nas últimas décadas, passa pelo sistema de ocupação em decorrência do apelo turístico e consequente possibilidade de geração de trabalho e renda, que acabam por estimular processos migratórios, geralmente de pessoas com baixo poder aquisitivo em busca de melhores condições de vida (AZEVEDO 2016).

Quando perguntados sobre o acesso aos programas e benefícios sociais vinculados ao Cadastro Único, notamos que 60,1% dos participantes da pesquisa encontravam-se cadastrados no mesmo, tendo possibilidade de acesso a algum tipo de benefício, como demonstra uma parcela importante da amostra, representada na Tabela 4.

Como demonstrado em conformidade com a Tabela 4, é possível considerarmos que praticamente a metade dos indivíduos que estão cadastrados no CadÚnico são beneficiários do Programa Bolsa Família. Apenas 1% dos

entrevistados indicou receber o auxílio BPC Loas e 4,66% não recebem nenhum tipo de auxílio ou benefício.

TABELA 4 - ACESSO AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023

Beneficiário de algum dos Auxílio/Programas	Percentual
Ajuda de alguma instituição/associação, igreja, amigos, parentes ou outros.	1,55%
Auxílio de cestas de alimentos ou outros equivalentes (CRAS)	0,52%
Auxílio referente à alimentação escolar ou Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	0,52%
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	1,04%
Cadastro Único do Governo	60,10%
Nenhum	4,66%
Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil	31,61%
Total	100,00%

FONTE: o autor (2023).

De uma forma geral, os dados abordados até o momento visaram conhecer minimamente o perfil daquelas pessoas que buscam atendimento junto aos CRAS"s, independentemente ou não de estarem vinculadas ao CadÚnico e/ou receberem algum benefício. Nota-se que o perfil deste grupo demonstra bastante similaridade aos resultados do I e do II Inquérito Nacional destinado a vigilância da SAN realizado pela REDE PENSSAN (VIGISAN 2021; 2022), que apresenta aspectos relacionados a raça/cor, gênero, escolaridade, renda *per capita*, como análogo ao problema da IAN e da fome.

“Corrêa e Nascimento (2023) no Dossiê: Fome” os diferentes cenários no Brasil, reafirmam que a fome em nosso país, ainda que tenha diminuído entre os anos de 2004 e 2013, é uma realidade constante que reflete a desigualdade social histórica, fruto de opções políticas de manutenção de determinadas condições econômicas e privilégios sociais.

4.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA E ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

Como mencionado anteriormente, apesar dos avanços sociais e econômicos alcançados nas últimas décadas, muitas pessoas enfrentam dificuldades para garantir uma alimentação adequada e suficiente. A EBIA, é utilizada no Brasil desde o ano de 2004, tendo como objetivo principal estimar a IAN, antecipando quadros graves do estado nutricional que possam levar a problemas de saúde. Por meio de suas perguntas e indicadores, permite identificar a existência e a intensidade da insegurança alimentar, fornecendo dados precisos sobre a situação nutricional da população (REDE PENSSAN, 2022).

A avaliação da IAN é uma ferramenta essencial para compreender a realidade alimentar de um país e identificar possíveis vulnerabilidades e desigualdades. Em termos de metodologia, a EBIA desempenha um papel fundamental na mensuração e monitoramento da IAN no Brasil. Como demonstrado pelo I e II Inquérito Nacional de SAN realizado pela REDE PENSSAN, a escala é uma importante ferramenta utilizada para avaliar a situação alimentar da população brasileira.

Vale lembrar que a EBIA permite classificar a IAN em quatro níveis, (SAN e IAN leve, moderada ou grave) possibilitando uma análise mais detalhada da situação, o que contribui para que políticas específicas e direcionadas sejam implementadas. Além disso, a EBIA também fornece informações sobre os principais fatores associados à IAN, como renda, acesso a serviços básicos e características socioeconômicas, o que proporciona uma compreensão mais abrangente dos determinantes dessa problemática, como apresentado nas discussões anteriores. Com base nos dados coletados, é possível identificar regiões e grupos específicos que apresentam maior vulnerabilidade à IAN. Além disso, a escala permite a identificação de tendências ao longo do tempo, possibilitando a avaliação da efetividade das políticas implementadas e a adoção de novas medidas, caso necessário.

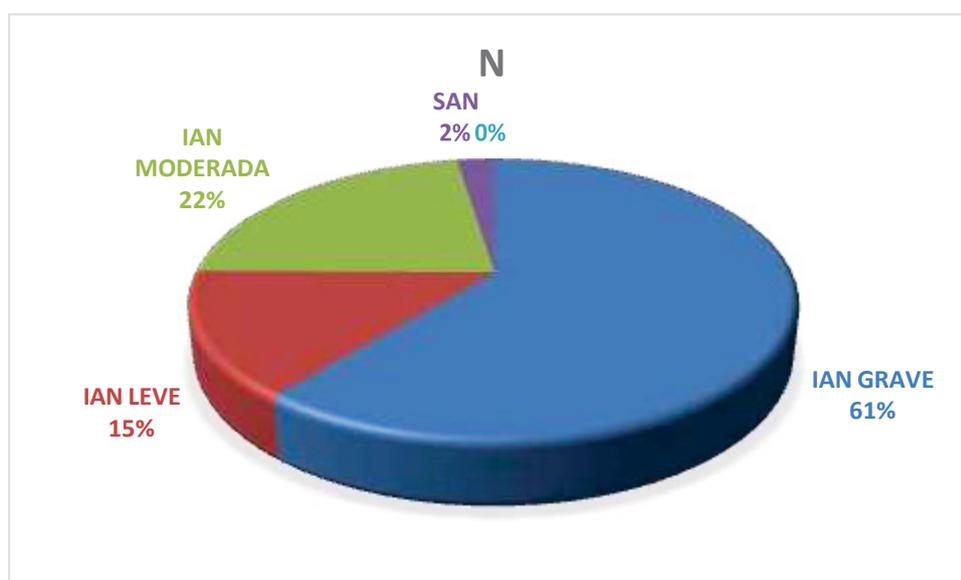
A EBIA não é apenas uma ferramenta de mensuração, mas também uma forma de dar voz às pessoas em situação de IAN. Ao responder às perguntas da escala, as famílias e indivíduos têm a oportunidade de expressar suas necessidades

e dificuldades, contribuindo para a construção de políticas mais inclusivas e eficazes.

A pesquisa realizada nos CRAS's de Guaratuba buscou principalmente refletir a realidade do município no que diz respeito à IAN, em relação aos dados dimensionados pela pesquisa nacional.

Em princípio, ao analisar o Total da amostra em relação ao nível de IAN das famílias participantes do estudo, encontramos números bastante preocupantes, como podemos ver no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 -AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023



FONTE: o autor (2023).

A IAN grave apresentou números bastante elevados, 61%, ou seja, a fome esteve presente em setenta e seis (76) representantes das 125 famílias entrevistadas. Ao compararmos estes números com os inquéritos alimentares da REDE PENSSAN (2021; 2022), observamos que em 2021 o Brasil apresentou 9% de IAN grave e em 2022 este número elevou-se para 16% da população total do país. Este confronto demonstra uma realidade bastante agravada no município, porém há que se considerar o fato de que as entrevistas foram realizadas com um público específico, pessoas que buscavam algum tipo de assistência social. Tal característica não ameniza a realidade encontrada, todavia ajuda a explicar os índices elevados, por se tratar de pessoas com alta probabilidade de se encontrarem

em situação de vulnerabilidade social. Estas discrepâncias também são válidas para os resultados dos demais índices percentuais, como indicado na Tabela 5.

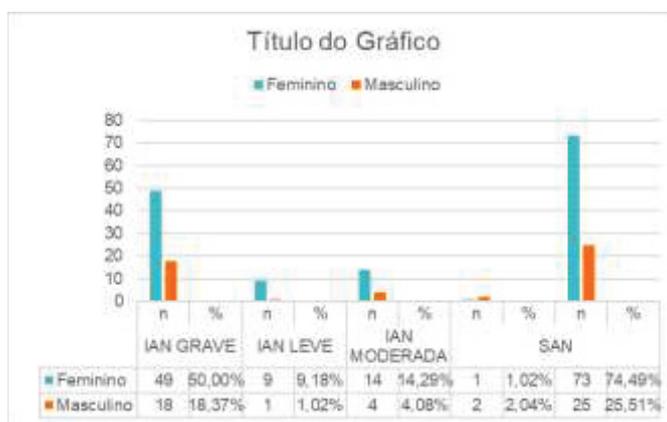
TABELA 5 - COMPARAÇÃO: ÍNDICES DOS INQUÉRITOS NACIONAIS / PESQUISA EM GUARATUBA DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023

Pesquisas	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar Leve	Insegurança Alimentar Moderada	Insegurança Alimentar Grave
I Inquérito (2021)	45%	35%	11%	9%
II Inquérito (2022)	41%	28%	15%	16%
Guaratuba (2023)	2%	15%	22%	61%

FONTE: Elaborada pelo autor com dados do I e II Inquéritos Rede PENSSAN (2021; 2022) e dados da pesquisa (2023).

Relacionado a distribuição por sexo, considerando o responsável financeiro, observa-se a predominância das mulheres em todas as faixas de classificação da IAN, como podemos verificar no Gráfico 4.

GRÁFICO 4- DISTRIBUIÇÃO DE IAN POR SEXO/RESPONSÁVEL FINANCEIRO DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023



FONTE: o autor (2023).

Os resultados não surpreendem, pois, como indicado por análises realizadas pelo SUAS, as mulheres são maioria entre usuários nos diferentes programas. Pesquisas relacionadas ao crescimento das mulheres como chefes de família, indicam que em 1995 elas representavam 22,9% e, em 2015, este número passou

para 40, 5%. (BRASIL, 2018). Ao analisarmos os dados divulgados pelo DIEESE (2023) notamos que a maioria dos domicílios no Brasil, permanecem chefiados por mulheres. Em 75 milhões de lares, 50,8% apresentam liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já, as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões. As mulheres negras lideram 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%), dados do terceiro trimestre de 2022. Ao analisarmos os dados referentes ao trabalho, na mesma pesquisa, nota-se que elas são maioria entre os desempregados (55,5%).

Provavelmente, entre os fatores que levam as mulheres serem maioria na busca de auxílio junto a assistência social em geral, estão o desemprego e o peso da responsabilidade de ter que exercer a função de chefe de família. Esta realidade também foi encontrada nos Inquéritos (REDE PENSSAN, 2022):

Enquanto a SA foi encontrada em 47,9% dos domicílios com responsáveis homens, naqueles onde as mulheres eram a referência apenas 37,0% apresentaram a mesma classificação. Ou seja, mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com responsáveis do sexo feminino estavam em algum nível de IA (REDE PENSSAN, 2022, p. 50).

Estes dados refletem a desigualdade de gênero presente em vários condicionantes sociais como, por exemplo, as diferenças de emprego formal (com carteira assinada) entre homens e mulheres com clara superioridade do sexo masculino.

Já os indicadores que se referem a cor/raça, resultaram em valores muito próximos, sendo 51,2% para pessoas de cor branca e 46,4% para pessoas de cor preta ou parda, apresentando uma leve superioridade em relação a cor branca, porém quando associados aos níveis de IAN grave, os dados apontam uma pequena inversão onde prevalecem pessoas de cor preta ou parda, equiparando-se ao percentual de pessoas que se encontram em de SAN (Tabela 6).

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO COR/RAÇA PELO NÍVEL DE IAN DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023

Cor/Raça	IAN GRAVE		IAN LEVE		IAN MODERADA		SAN		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Amarela	1	0,80%		0,00%		0,00%	1	0,80%	2	1,60%
Branca	35	28,00%	11	8,80%	17	13,60%	1	0,80%	64	51,20%
Indígena	1	0,80%		0,00%		0,00%		0,00%	1	0,80%
Preta ou Parda	39	31,20%	7	5,60%	11	8,80%	1	0,80%	58	46,40%
Total	76	60,80%	18	14,40%	28	22,40%	3	2,40%	125	100,00%

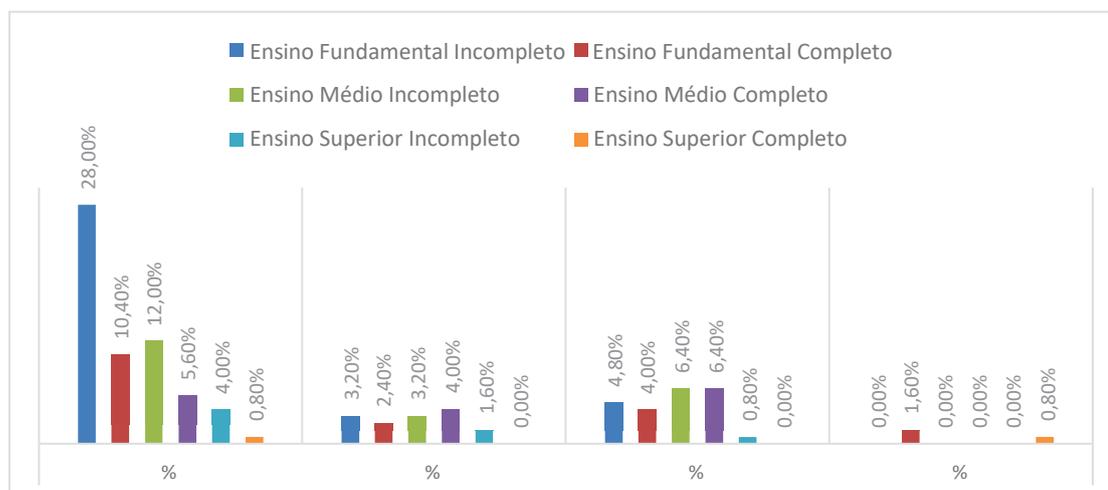
FONTE: o autor (2023).

Ao buscarmos os resultados do último inquérito alimentar da REDE PENSSAN (2022), constata-se que, diferentemente dos resultados locais, existe um predomínio das pessoas de cor branca tanto para os índices de SAN como para IAN grave.

Quando nos defrontamos com os níveis de escolaridade que os resultados da pesquisa nos mostram, percebemos que a IAN grave prevalece naquelas pessoas que possuem o ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto, contrastando com os que se encontram em condição de SAN, que são compostos por aqueles que possuem ensino fundamental completo ou ensino superior completo. O Gráfico 5 retrata os níveis de escolaridade refletidos com a classificação dos níveis de IAN, encontrados na pesquisa.

Os percentuais caracterizados no Gráfico 5 se encontram em consonância com os resultados do II Inquérito Alimentar da REDE PENSSAN (2022), onde 42,5% dos domicílios em que os responsáveis apresentaram somente até quatro anos de estudo, foi identificado uma defasagem no consumo alimentar adequado, indicando que este grupo estava em IAN grave ou moderada. Já, as residências com responsáveis que indicaram possuir mais de oito anos de estudo, o índice de SAN subiu para 50,6%.

GRÁFICO 5 - RELAÇÃO ESCOLARIDADE E NÍVEIS DE IAN DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023



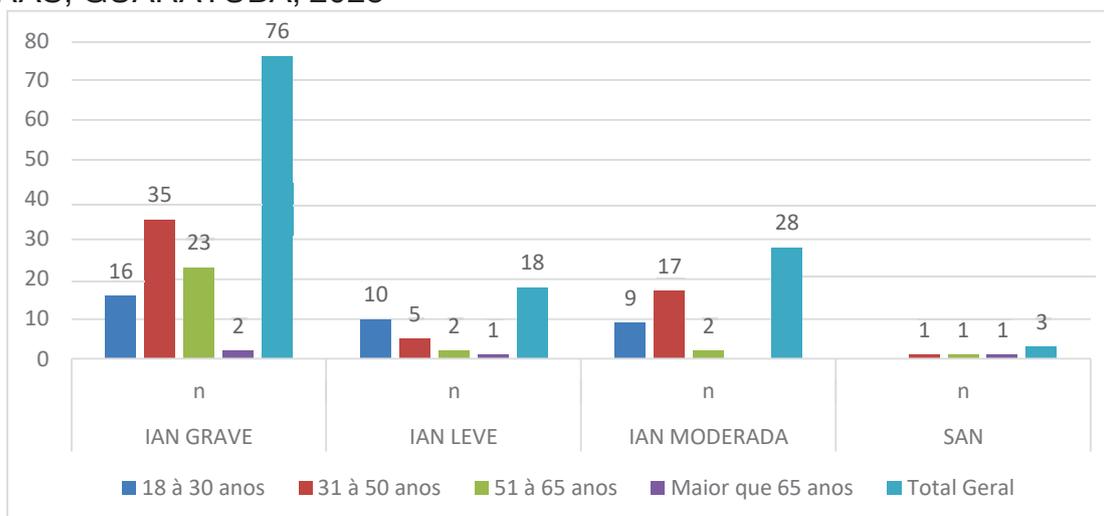
FONTE: o autor (2023).

Cabe registrar que estes índices, bem como os resultados relacionados com a cor/raça e com a ocupação, foram analisados em associação pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), com os dados do ano de 2021. Destacamos que estes dados se encontram, de certa forma, interligados e indiretamente estão em associação com os níveis de IAN, como podemos observar:

Em todos os anos estudados, a desocupação e a subutilização foram sistematicamente inferiores para as pessoas de cor ou raça branca. As taxas de desocupação e de subutilização foram maiores entre as pessoas pretas ou pardas independentemente do nível de instrução considerado. Em ambas as taxas, a diferença foi relativamente menor para pessoas que possuíam ensino superior completo. A informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à ausência de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e o direito à aposentadoria (IBGE, 2021, p. 3).

Seguindo as análises em relação aos dados referentes a faixa etária, podemos averiguar que há um destaque para as pessoas que possuem entre 31 e 50 e que se encontram em IAN grave e moderada, como demonstrado no Gráfico 6.

GRÁFICO 6- NÍVEIS DE IAN DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023



FONTE: o autor (2023).

Esta faixa etária, que predomina nos níveis grave e moderado de IAN, coincide com a idade da população economicamente ativa (PEA), que em princípio, deveria estar atuante no mercado de trabalho. Entretanto, ao analisarmos a ocupação em comparação aos níveis de IAN grave e moderada, vemos que a maior representatividade da amostra (37,6%) é composta por trabalhadores informais, ou que desempenham atividades rurais temporárias, atividades sem carteira assinada, ou que realizam atividades tipo “bico”, *free lancer*, entre outras. Os desempregados representam 27,2% da amostra e destes, 18,4% encontram-se em IAN grave, seguidos de 4% em IAN moderada e 4% em IAN leve, como demonstra a Tabela 7.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS ENTRE OS NÍVEIS DE IAN, GUARATUBA, 2023

Ocupação	IAN GRAVE		IAN LEVE		IAN MODERADA		SAN		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Agricultor(a)	1	0,8	0	0,0	1	0,8	0	0,0	2	1,6
Aposentado(a)	3	2,4	1	0,8	0	0,0	1	0,8	5	4,0
Desempregado(a)	23	18,4	5	4,0	5	4,0	1	0,8	34	27,2
Do lar	12	9,6	5	4,0	4	3,2	0	0,0	21	16,8
Pensionista	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,8	1	0,8
Trabalhando com carteira assinada / Funcionário(a) público(a)	1	0,8	1	0,8	3	2,4	0	0,0	5	4,0
Trabalho autônomo regular / Empreendedor(a) individual (paga INSS) / Profissional liberal (nível superior) / Empresário(a)	3	2,4	1	0,8	1	0,8	0	0,0	5	4,0
Trabalho informal ("bico")	33	26,4	5	4,0	14	11,2	0	0,0	52	41,6
Total Geral	76	60,8	18	14,4	28	22,4	3	2,4	125	100,0

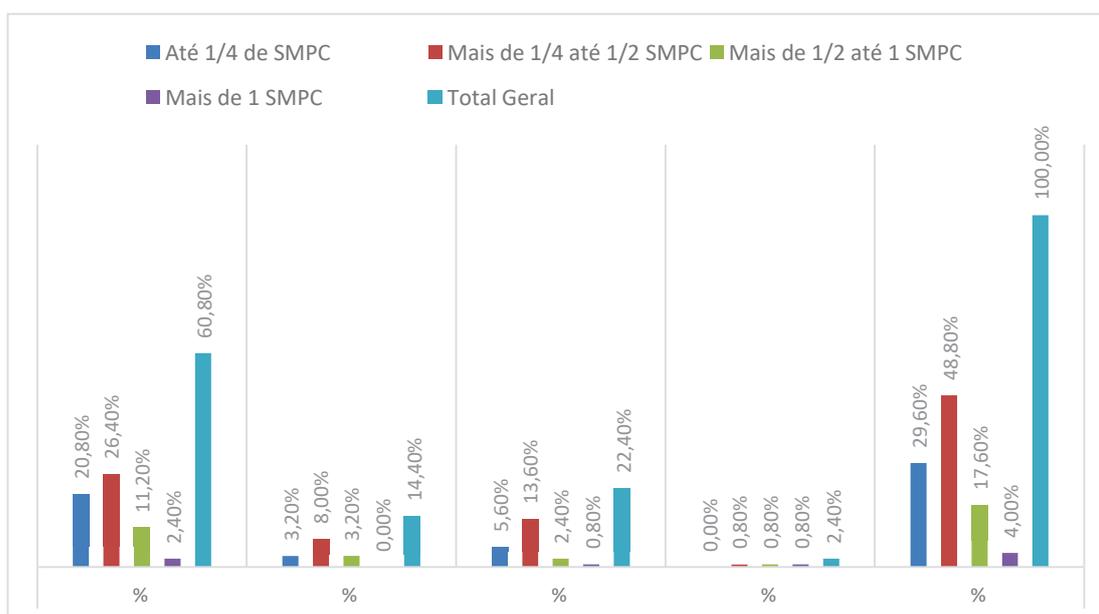
FONTE: o autor (2023).

Com isso, constatamos que grande parte da amostra que se encontra em IAN, considerando os entrevistados, é composta por trabalhadores informais e desempregados. Confrontando estes elementos com o Inquérito Alimentar realizado pela REDE PENSSAN (2022), que indica haver uma relação indireta entre ocupação/emprego e SAN e IAN, em decorrência das consequências dos impactos gerados pelos ganhos familiares na alimentação das famílias, identificamos certa aproximação com maior predominância para os índices de Guaratuba, como podemos observar:

No II VIGISAN, a SA foi maior apenas nos domicílios com responsáveis em situações de trabalho com emprego formal (53,8%). A situação de fome, captada pela IA grave, foi maior nos domicílios cuja pessoa de referência estava desempregada (36,1%) ou quando tinha trabalho como agricultor/a familiar ou produtor/a rural (22,4%). Ou seja, mais de um terço dos domicílios com chefes desempregados enfrentava a fome, e mais da metade deles estava em situação de IA grave ou moderada. (REDE PENSSAN, 2022, p. 49)

A constatação sobre a correlação ocupação/emprego e rendimentos, confirma-se ao verificarmos os dados que estão dispostos no Gráfico 7, que apresentam as famílias com rendimentos entre 1/4 e 1/2 salário mínimo, predominantes em todas classificações de IAN.

GRÁFICO 7 - RENDA DOMICILIAR DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023



FONTE: o autor (2023).

Considerando os inquéritos alimentares da REDE PENSSAN (2021; 2022), vemos que também se percebe que em todas as classificações de IAN a renda mensal é de 1/4 até 1/2 salário mínimo, correspondente a 77% do total da pesquisa nacional.

Ao analisarmos a distribuição destas famílias no município de Guaratuba, notamos que a IAN grave se encontra presente principalmente nos bairros Cohapar, Carvoeiro e Mirim, respectivamente com 16,8%, 9,6% e 6,4%.

Ao avaliarmos o número de moradores por domicílio, verificamos os domicílios com até 3 moradores com 25,6% em IAN grave, e os domicílios em que residem de 3-4 moradores, com 28% de IAN grave, que juntos somam 53%, como consta na Tabela 8.

TABELA 8 – NÚMERO DE MORADORES POR DOMICÍLIO DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023

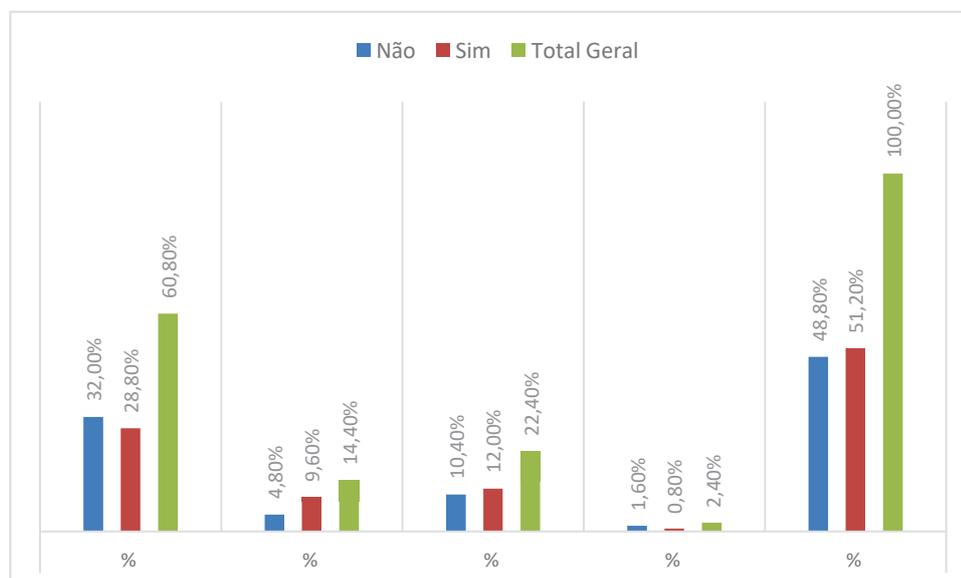
Nº de Moradores	IAN GRAVE		IAN LEVE		IAN MODERADA		SAN		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
3 moradores	32	25,60%	6	4,80%	9	7,20%	2	1,60%	49	39,20%
4 moradores ou +	9	7,20%	2	1,60%	5	4,00%	0,00%		16	12,80%
3-4 moradores	35	28,00%	10	8,00%	14	11,20%	1	0,80%	60	48,00%
Total	76	60,80%	18	14,40%	28	22,40%	3	2,40%	125	100,00%

FONTE: o autor (2023).

Atenta-se para o fato de que os domicílios com maior número de moradores enfrentam menos dificuldade para manter o padrão alimentar. Infere-se que nestes domicílios pode haver mais pessoas que compõem a renda domiciliar, porém, salienta-se que mais da metade dos domicílios representados na amostra, 51,2%, contam com a presença de menores de 10 anos. Entre estes, 49,6% apresentam algum tipo de IAN, com predomínio da IAN grave (Gráfico 8).

Percebe-se que entre os domicílios com a presença de menores de 10 anos de idade, os Programas e benefícios na área da assistência social tornam-se aliados importantes, visto que, na maioria das vezes o responsável pelo domicílio encontra-se em situação de desemprego ou trabalho informal, como demonstrado nos dados anteriores.

GRÁFICO 8 - PRESENÇA DE MENORES DE 10 ANOS NO DOMÍLIO DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023

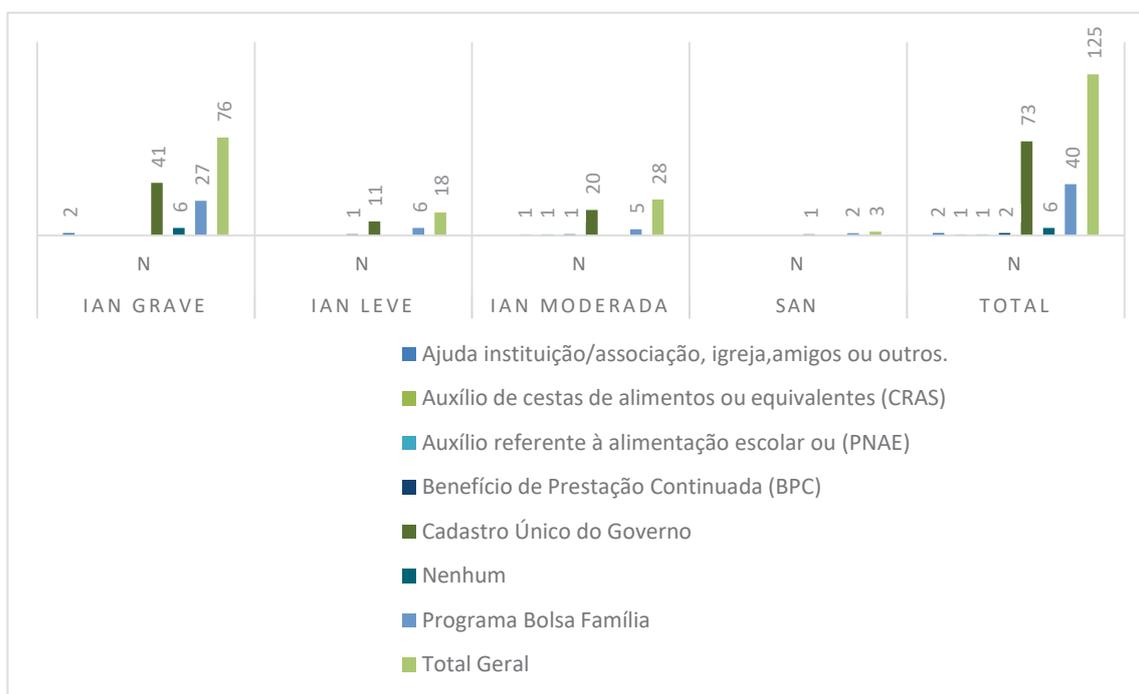


FONTE: o autor (2023).

No entanto, como iremos observar nos resultados sobre os níveis de IAN, entre as pessoas cadastradas no CadÚnico ou beneficiárias dos Programas sociais, a prevalência de pessoas em situação de IAN grave é bastante significativa, demonstrando, como abordado anteriormente que não há relação direta entre as pessoas que recebem os auxílios e a superação da fome (Gráfico 9).

Vinculados diretamente ao Cadastro Único do Governo, independentemente de estarem recebendo algum benefício ou não no momento da pesquisa, 41 se encontravam em IAN grave. Em seguida observamos 27 dos entrevistados que indicaram ser beneficiários do Programa Bolsa Família e se encontravam também em IAN grave.

GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO DA IAN EM RELAÇÃO AO ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS DAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023



FONTE: o autor (2023).

4.3 O ACESSO DAS FAMÍLIAS AOS PRINCIPAIS ALIMENTOS PRODUZIDOS LOCALMENTE

Como apresentado nos capítulos anteriores, a compreensão do espaço territorializado pelos atores que o compõem é fundamental para entender a importância do espaço social para o desenvolvimento territorial e consequente superação das desigualdades sociais e para a garantia da SAN (RAFESTIN, 2003). Guaratuba encontra-se situada na região litorânea do estado do Paraná. Ao considerarmos esta região como um território dado, temos uma região formada por sete municípios (Antonina, Morretes, Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná, Guaraqueçaba e Guaratuba) que somados totalizam uma população de aproximadamente 301.405 habitantes, segundo dados do IBGE (2022). O município de Guaratuba, nessa estimativa, conta, no mesmo ano, com uma população de 42.062 pessoas.

Na verdade, a região do litoral, juntamente com a região sul do Estado de São Paulo, possui mais de 80% do seu território protegido por unidades de

conservação, seja por meio de proteção integral ou pelo uso sustentável do espaço. “A Baía de Paranaguá, ou Complexo Estuarino de Paranaguá, forma um conjunto que faz parte do Complexo Estuarino Lagunar Paranaguá-Cananéia-Iguape, e que, junto com a Serra do Mar, foi tombado pela Unesco como Patrimônio da Humanidade” (PDS LITORAL, 2019, p. 12).

As baías de Guaratuba e Paranaguá proporcionam totais condições para promover a preservação de diferentes espécies aquáticas e marinhas, sendo uma fonte de recursos e de vida para muitos moradores destes locais.

No litoral paranaense as Unidades de Conservação (UCs) da natureza, são imprescindíveis para a proteção de inúmeras espécies endêmicas ameaçadas de extinção, tendo um papel primordial no sentido de preservar a biodiversidade da floresta Atlântica. Podemos citar algumas aves como o bicudinho-do-brejo (*Stymphalornis acutirostris*), o papagaio-da-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) e a carinha-preta (*Leontopithecus caissara*) que estão presentes na região e são ameaçados.

Observamos que das Unidades de Conservação Federais, dez (10) delas estão entre os municípios do litoral do Paraná, que incluem o interior da Serra do Mar e também a Planície Litorânea, onde ainda existem quatorze (14) Unidades de Conservação Estaduais, que ocupam 83% do litoral paranaense, destacando-se com uma característica excepcional em comparação com outras zonas litorâneas. Somando-se todas as Unidades de Conservação, nove (9) delas possuem Plano de Manejo aprovado, e entre estas está a APA de Guaratuba, desde o ano de 2006, que conta com 106 mil hectares de floresta (80% da superfície do município) e está entre as cidades que possuem as maiores áreas de floresta remanescente do litoral do estado do Paraná, juntamente com Guaraqueçaba (PDS LITORAL, 2019).

O município de Guaratuba, conta com uma área geral de 1.327,185 km² (IPARDES, 2022) e de acordo com a Secretaria Municipal Especial das Demandas Rurais (2021), conta 29 comunidades localizadas na área rural, sendo elas: Potreiro, Castelhana, Pontal do Itararé, Rio Bonito, Pedra Branca do Araraquara, Caovi, Pai Paulo, Taquaruvu, Vitória, Cubatão, Rasgadinho, Rasgado, Ribeirão Grande, Canasvieira, Limeira, Morro Grande, Boa Vista, Descoberto, Itinga, Rio do Cedro, Riozinho, Estaleiro, São Joãozinho, Empanturrado, Rio do Saco, Laranjeiras, Salto Parati, Cabaraquara e Três Pinheiros (GUARATUBA, 2021).

Conforme abordado nas discussões teóricas sobre desenvolvimento e território, tópico 2.4, e apresentado por Benko e Pecqueur (2001) e Pecqueur (2005), uma forma de promover o desenvolvimento territorial é por meio da identificação de ativos (fatores em atividade) e de recursos próprios (fatores a explorar, organizar ou revelar) do território que possam permitir uma diferenciação deste sobre os demais, sendo que devem ser aproveitados os recursos inéditos ou específicos locais que possibilitarão possíveis inovações em produtos ou serviços.

Desta forma, Gallas *et al.* (2018) citam que dentre os recursos tangíveis de um território estão as edificações, os sítios urbanos e paisagens, os elementos naturais, os vestígios arqueológicos, os documentos e as obras de arte. Quanto aos recursos intangíveis podemos encontrar os caracterizados pelas tradições, expressões orais, artísticas, sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo e técnicas artesanais tradicionais, dentre as quais os saberes da cultura alimentar.

Consideramos que tais condições são potenciais diretos e indiretos presentes no litoral do Paraná, com destaque para o município de Guaratuba, que tem na agricultura e investimentos na sua zona rural um grande potencial.

Assim, um primeiro olhar da dimensão alimentar da SAN no território de Guaratuba, que se refere à produção e disponibilidade de alimentos (BURITY *et al.*, 2010), sob o prisma dos recursos materiais tangíveis e intangíveis, temos os recursos típicos do território.

Para fins de complementação deste estudo e entendendo a relevância do reconhecimento dos ativos tangíveis e intangíveis do território para a SAN, em correlação ao desenvolvimento local, buscamos realizar um levantamento de alguns dos produtos com maior destaque no território nos últimos dois anos, em termos de volume de produção. Para tanto, utilizamos dados divulgados no Caderno Estatístico do município de Guaratuba (IPARDES, 2022; 2023). Salienciamos que a escolha dos produtos, deu-se pela quantidade produzida, e pela relevância em termos de identidade local, como apresentados no Quadro 2.

Para se pensar em desenvolvimento territorial, tem que se ter em mente, que este é sustentado pelos seus recursos territoriais, os quais necessitam interagir com diferentes áreas do conhecimento como forma de desenvolvimento local. Por este motivo, optou-se por incluir neste estudo o consumo do tipo de alimento no último mês e a forma de aquisição, para averiguar a relação destes produtos

consumidos com os produtos locais. Ressaltamos novamente que não haveria como confirmar a real procedência do alimento, produzido localmente ou em outra região, mas interessou neste caso, saber se estes alimentos se fazem presentes no dia a dia na mesa dos entrevistados.

QUADRO 2- RECURSOS ALIMENTARES TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS DO TERRITÓRIO DE GUARATUBA VINCULADOS À ALIMENTAÇÃO

Recursos Tangíveis	Recursos Intangíveis	Localização
Pescado	Pesca artesanal, Cambira (técnica de salga e defumação da tainha) Receitas tradicionais	Baía de Guaratuba
Mandioca	Farinha artesanal Receitas farofas	Descoberto/Riozinho São João
Banana	Doce em pasta de banana Banana passa Banana chips	Área rural Cubatão Limeira
Ostra	Saber. Cultivar Receitas diversas	Cabaraquara
Palmito	In natura / Receitas Conserva	Área rural Caovi/ Cubatão/Limeira

FONTE: Organizado pelo Autor (2022).

A Tabela 9 apresenta o total de alimentos indicados como os mais consumidos nos últimos trinta dias.

Analisando os alimentos mais consumidos pelos entrevistados na pesquisa, verificamos que entre os quatro primeiros, três deles coincidem com o grupo de alimentos produzidos localmente. Chama atenção ainda, o fato de se constatar que o consumo de peixe supera o de outras fontes de proteína animal, como por exemplo, ovos e carne de frango.

Vale salientar que a comida compreende, além dos aspectos biológicos, significados identitários e culturais, o que demonstra que independentemente das possibilidades de acesso, parece que sempre haverá uma tendência ao consumo maior dos alimentos que estão registrados nas identidades sociais do local. Ressalta-se que em alguns casos, o poder público já tem percebido a importância e ganho gerados a partir da combinação possível entre os alimentos como condição para avanços em termos de saúde pública e, em consequência, para o meio ambiente e o desenvolvimento local.

TABELA 9 - ALIMENTOS CONSUMIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES PELAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023

Alimentos mais consumidos nos últimos 3 meses	n	%
Arroz	116	92,80%
Feijão	110	88,00%
Banana	96	76,80%
Peixe	78	62,40%
Ovos, Carne de frango/galinha	66	52,80%
Farinha de mandioca	52	41,60%
Macarrão	51	40,80%
Mandioca	22	17,60%
Camarão, Pão	20	16,00%
Alface, Laranja	15	12,00%
Batata, Carne	13	10,40%
Farinha de milho	11	8,80%
Polenta	10	8,00%
Maracujá	8	6,40%
Legumes, Suan	7	5,60%
Salsicha	6	4,80%
Leite, Salada	5	4,00%
Carne de porco, Maçã, Tomate	4	3,20%
Batata doce, Cenoura, Hortaliças, Marisco, Repolho, Verduras	3	2,40%
Caranguejo, Couve, Limão, Linguiça, Melancia, Pepino	2	1,60%
Abacaxi, Abobora, Abobrinha, Barra de cereal, Batata frita, Beterraba, Bolacha, Bolinho de chuva, Café, Cebola, Chuchu, Costela, Cuscuz, Doce de banana, Empanado, Farinha de trigo, Frutas, Goiaba, Macarrão, Milho, Miolo, Ostra, Palmito, Paquinha, Salsichão, Uva, Verduras	1	0,80%
Total	881	100,00%

FONTE: o autor (2023).

As soluções e alternativas envolvem desde a disseminação de práticas agrícolas de base ecológica mais sustentáveis, desenvolvimento de formas mais eficazes e baratas de acesso aos alimentos locais, ampliação e melhoria dos canais de comercialização até a proposição de revalidação de um papel mais proativo e atuante dos consumidores. De maneira geral, são iniciativas que visam construir circuitos alimentares curtos ou redes agroalimentares que busquem tanto reconectar consumidores e produtores de alimentos como (re) valorizar produtos regionais, sazonalidade e procedência dos alimentos. Preocupações com a procedência e a confiança nos alimentos têm concentrando parte significativa das atenções dos estudos rurais atuais. (CRUZ *et al.*, 2016, p. 13).

Apesar das importantes conexões e soluções indicadas, ainda são poucas as iniciativas governamentais que colocam em sintonia produtores e consumidores locais, visando estabelecer e fortalecer ações que buscam assegurar a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Como ressaltam os mesmos autores, também existem poucos estudos e pesquisadores voltados a investigações que demonstrem as relações possíveis entre abastecimentos alimentares, saúde, consumidores e produtores.

Ao observarmos a forma como os alimentos chegam até a mesa dos consumidores que representam as famílias dos participantes da pesquisa, notamos que a maneira mais habitual de aquisição é a compra no mercado, como podemos ler na Tabela 10.

TABELA 10- RELAÇÃO DOS PRODUTOS LOCAIS E PRINCIPAIS FORMAS DE AQUISIÇÃO DOS ALIMENTOS PELAS PESSOAS QUE BUSCAM ATENDIMENTO NOS CRAS, GUARATUBA, 2023

Tipo de Alimento	Consumiu(n)	Adquiriu na Horta de Casa ou Pescou (%)	Adquiriu no Mercado (%)	Doação de Outras Pessoas (%)	Doação de Projetos Sociais (%)
Arroz	121	0,00	66,94	7,44	25,62
Banana	106	15,9	48,11	26,42	10,38
Mandioca	87	8,05	50,57	17,24	22,9
Pescado	84	27,38	22,62	50,0	0,00
Maracujá	36	38,89	38,89	19,44	0,00
Camarão	33	18,18	27,27	54,55	0,00
Palmito	14	2,4	3,2	2,4	0,00

FONTE: o autor (2023).

Neste caso, estamos considerando os principais alimentos que são produzidos no município de Guaratuba. Portanto, se a forma de aquisição que prevalece é a compra no mercado, provavelmente estes alimentos advêm de outras localidades. Estes resultados reforçam a necessidade de se considerar a importância de políticas públicas voltadas à conexão entre consumidores e produtores locais.

Como exemplo, Dvortsin Treep (2016, p. 183), apresentam o caso da empresa holandesa Willem & Drees que se propôs à concretização de uma experiência bastante inovadora, em que os produtos locais são distribuídos aos supermercados para comercialização. A ideia inicial foi a promoção de “(...) uma interface para consumidores e produtores cuidando da parte mais vulnerável da rede alimentar alternativa e das cadeias pequenas de fornecimento de alimentos e do sistema alimentar regional/local em geral: a distribuição e a logística de fornecimento de alimentos”.

Esta forma de atividade faz com que os consumidores saibam de onde estão vindo os alimentos, por sua vez, os produtores também sabem onde e para quem seus produtos estão sendo comercializados e consumidos.

A ação gera confiança de ambos os lados, com respeito e melhor entendimento entre fornecedores e consumidores e ao mesmo tempo auxilia e promove a economia local. Esta empresa faz um trabalho de estímulo junto aos agricultores em relação a cultivarem produtos locais, como frutas e outros vegetais, com o propósito de manter a biodiversidade e a variedade de produtos tradicionais da localidade e ainda possibilita uma diferenciação no negócio, permitindo os comerciantes ofertarem produtos únicos e especiais a seus clientes.

Tal exemplo demonstra como iniciativas, aparentemente simples, podem gerar ganhos para os diferentes atores sociais, com valorização dos ativos locais e repercussão direta na SSAN. Em que pese as diferenças geográficas e econômicas do Brasil em relação ao país europeu mencionado, este exemplo contribui para ilustrar como ações diferenciadas podem impactar diretamente na qualidade do consumo e da comercialização da produção local.

Ainda em relação aos resultados sobre a forma de aquisição dos alimentos pesquisados em Guaratuba, chama atenção o fato de que o pescado e o camarão, que são alimentos ricos no local, serem adquiridos predominantemente por meio de doação, seguido da obtenção diretamente por meio da pesca. Estes dados parecem

refletir a importância dos programas de assistência social, que podem incluir políticas semelhantes ao Programa Compra Direta com a intenção de sua ampliação e diminuindo a distância entre agricultores e consumidores.

Tais iniciativas podem avançar ainda para que esta integração crie também possibilidades de geração de trabalho e renda por meio do beneficiamento dos produtos com alta disponibilidade local e o desenvolvimento de novos produtos, pelos produtores rurais e também por moradores da área urbana que se encontram fora do mercado de trabalho.

Sendo assim, é importante destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido no Centro de Capacitação e Geração de Renda (CECAGER), Unidade ligada a SMBEPS, inaugurada no mês de abril de 2023. O CECAGER tem promovido cursos voltados a capacitação de pessoas em diferentes áreas, visando a possibilidade de geração de renda para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Entendemos que nesta proposta há oportunidade para a valorização dos produtores locais como agricultores e pescadores artesanais, por meio de incentivos a sua produção com projetos que possam aliar a SSAN com iniciativas de desenvolvimento de novos produtos voltados a construção e ao fortalecimento de uma identidade cultural e social, estimulando o desenvolvimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois últimos Inquéritos Alimentares realizados pela REDE PENSSAN, 2021 e 2022, representam o quadro sócio nutricional do povo brasileiro. Os resultados demonstram que a Insegurança Alimentar e Nutricional está intensamente presente no país e existem milhões de cidadãos que não acessam alimentos em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer as necessidades nutricionais básicas e se encontram vulneráveis e expostos a condição da extrema pobreza. A fome retornou ainda com mais força e, em meio a uma pandemia inescrupulosamente mal combatida, deixa seu rastro de desolação e sofrimento que retrata a realidade da nossa gente.

Esta pesquisa mostra um olhar para aquelas pessoas que vão até as unidades de assistência social, mais especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em busca de algum tipo de atendimento, ou qualquer forma de auxílio, ajuda ou apoio, para amenizar a angústia sentida pela necessidade de sobrevivência.

Centralmente esta pesquisa analisou os níveis de Insegurança Alimentar e Nutricional (leve, moderado e grave) das famílias que buscam atendimento junto ao CRAS, identificando-se, por meio do questionário aplicado, um número relevante de pessoas que apresentaram índices bastante elevados de IAN, principalmente na forma grave. Os dados encontrados apontam um percentual visivelmente superior, quando comparados com os resultados da pesquisa da REDE PENSAN.

Ainda que seja fundamental considerar que as entrevistas foram realizadas com uma amostra específica, indivíduos que vão até o CRAS em busca de algum tipo de atendimento ou informação, este fato não diminui a gravidade dos resultados encontrados, visto que se tratam de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A IAN grave apresentou números bastante elevados, 61%, ou seja, a fome esteve presente em setenta e seis (76) representantes das 125 famílias entrevistadas.

Além disso, os dados confirmam as mulheres como sendo maioria nas diferentes faixas de classificação da IAN, sendo que a distribuição por cor/raça foi bastante próxima.

Na análise do perfil socioeconômico, sintetizando os resultados da pesquisa aplicada em Guaratuba, podemos dizer que quase a metade dos entrevistados, 46,4% tem entre 31 e 50 anos, o que significa que são pessoas ativas para o

trabalho. Porém, os índices apontam que do total da amostra, 41,6% são formados por trabalhadores informais e 27,2% estão desempregados, o percentual de pessoas com ocupação do lar está em quase 17%, o que significa que a quantidade de indivíduos no mercado de trabalho formal é muito pequena. Este cenário reflete diretamente na renda, onde os números encontrados corroboram a realidade acima, com 78,4% dos indivíduos com renda de até $\frac{1}{2}$ Salário-Mínimo *Per Capta* (SMPC), o que demonstra uma situação bem próxima da linha da pobreza

Novamente, os dados acima repercutem também nas condições de moradia, sendo a maioria residentes na zona urbana e em bairros com grande número de moradores em situação de pobreza. Tais condições contribuem para que grande parte dos participantes da pesquisa se encontrem cadastrados no CadÚnico, e metade deles sejam beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os dados de uma forma geral, revelam minimamente a caracterização socioeconômica e explicitam os desafios postos à gestão pública, a fim de provocar o enfrentamento desta realidade com propostas concretas de mudança neste cenário.

Contudo, entende-se que o município de Guaratuba por ser de pequeno porte, somado aos potenciais ativos locais em termos de produtos agrícolas, possui plenas condições de avanços que permitam a superação dos índices apresentados. Ao se averiguar a forma como se dá o acesso aos principais alimentos produzidos localmente, foi identificado a forte presença e o consumo destes alimentos no hábito alimentar das famílias que participaram da pesquisa.

Sabe-se que a SAN está diretamente relacionada com os recursos potenciais de determinado território e a possibilidade de transformação destes recursos em ativos, o que pode ser aplicado para o município de Guaratuba. Tal movimento depende, no entanto, de políticas públicas que facilitem e estimulem que esses recursos, tangíveis ou intangíveis, se tornem ativos a partir dos atores e suas interações locais. Isso representa a valorização dos produtos e dos saberes locais. Essas políticas públicas, contudo, precisam ser alicerçadas por meio da participação efetiva dos atores locais na compreensão dos movimentos e interações presentes, bem como, na promoção do diálogo entre os diversos atores e seus pares, tendo como fundamento a preservação e o respeito à diversidade e ao tempo próprio dos coletivos.

Dessa forma, podemos destacar que a gestão pública possui subsídios consistentes e sólidos, para localmente, no âmbito municipal, desenvolver ações estratégicas que consigam atingir e beneficiar uma grande parcela de sua população, tendo em vista o objetivo maior em defesa da promoção da vida e da dignidade para os povos, onde a SAN deva garantir os direitos dos cidadãos principalmente no que diz respeito ao DHAA e à Soberania Alimentar. Os planos e estratégias para oferecer apoio principalmente às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, e conseqüentemente que apresentam algum grau de Insuficiência Alimentar e Nutricional (IAN) devem ser de caráter imediato e contínuo.

Neste caso, identificamos que as ações e estratégias propostas pela assistência social, com base nas ações realizadas no município de Guaratuba-PR, junto aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), se mostram necessárias e imprescindíveis no atual contexto em 2023. A estrutura presente na rede pública de atendimento à assistência social, bem como os valores e os princípios que a orienta, parecem apresentar ganhos importantes na abrangência dos direitos sociais e ações propostas. Porém, compreende-se que somente por meio de reflexões sobre as práticas realizadas cotidianamente, será possível fazer com que esta rede de assistência contribua de forma eficiente e direta sobre a IAN, buscando novas possibilidades e propondo os avanços necessários.

Como profissional de nutrição venho atuando nos últimos dois anos diretamente em articulação às políticas públicas voltadas à assistência social básica, através de ações realizadas no município de Guaratuba, junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e recentemente no Centro de Capacitação e Geração de Renda – CECAGER – que é uma Unidade ligada à Secretaria Municipal do Bem-Estar e da Promoção Social, onde são oferecidos cursos de capacitação profissional em diversas áreas, principalmente na área de alimentação. O local conta com a estrutura de uma cozinha escola, projetada em conformidade às exigências da Vigilância Sanitária e seguindo as normas de Boas Práticas de Produção de Alimentos, no que se refere ao espaço físico, e está aparelhada com equipamentos modernos capazes de atender uma diversidade de demandas e preparações na área de alimentação.

O objetivo desta Unidade é proporcionar possibilidades de promoção e geração de renda para as pessoas que possuem o Cadastro Único do Governo

Federal e estão vinculadas ao CRAS ou CREAS do município. Esta iniciativa está presente nas ações propostas no Plano Municipal de Assistência Social da SMBEPS, assim como o Programa da Horta comunitária, entre outras. Soma-se também o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), aprovado este ano, de acordo com as normativas do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), última etapa no processo de adesão do município junto a esta importante política pública de SAN.

Desta forma, entende-se que a presente pesquisa traz contribuições importantes para subsidiar as ações em desenvolvimento, com dados que fortalecem a justificativa de ampliação de investimentos nesta área. Possibilita também a identificação de outras iniciativas necessárias que possam contribuir para expansão das ações municipais.

Entre estas, destaca-se a necessidade de ampliação de estudos que contemplem moradores da zona rural. No caso de Guaratuba, a participação desta população foi pequena e as pesquisas da REDE PENSSAN, indicam que a IAN é especialmente preocupante, na maioria do país, e especialmente na zona rural. Isso porque as condições socioeconômicas e geográficas enfrentadas pelas comunidades, somadas a falta de infraestrutura adequada, como estradas e transporte público, muitas vezes dificultam o acesso a mercados e centros urbanos, onde geralmente estão concentrados os alimentos mais variados e nutritivos. Além disso, a falta de recursos financeiros e a dependência de atividades agrícolas podem tornar as famílias rurais mais vulneráveis a variações climáticas e oscilações nos preços dos alimentos. Contribui para esta preocupação a ausência de um Centro de Referência de Assistência Social, que também é sentida por parte da população que reside nessa área.

Outra recomendação importante seria a realização de um estudo ampliado no município, contemplando uma amostra mais significativa, considerando a população em geral. Assim como a realização de estudos na área SAN nos demais municípios da região litorânea, a fim de possibilitar ações articuladas, pensadas para este território como um todo.

Para concluir, estamos vivendo um período de pós-pandemia e de forma geral temos um sentimento de necessidade de reconstrução. Outro governo assumiu e com ele voltaram as importantes ações dos Conselhos, do fortalecimento das instituições e de estudos e pesquisa que tanto significam e são necessários para

podermos referenciar os conceitos que dão sustentação e encaminham as propostas de concretização para as políticas públicas de SAN, no sentido de alcançar e garantir o DHAA.

Guaratuba possui todos os requisitos e potenciais para dar um salto na valorização local de seus produtos e de suas políticas de SAN, por meio de projetos como o de Hortas comunitárias, CECAGER, produção da agricultura familiar incluídos no PAA e PNAE, trabalho junto aos pescadores artesanais, que podem ser impulsionados por estudos e desenvolvimento de novos produtos que possibilitem aliar-se as ações que visam o combate à fome, para garantir a SSAN e outros que possam surgir para reforçar as atividades de uma forma geral.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Colocar a democracia no coração das decisões econômicas. **Revista Ciência e Cultura**. 2022. Disponível em: <<https://revistacienciaecultura.org.br/?p=3408>>. Acesso em: 5 dez. 2022.
- AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS - ABRANDH. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. LEÃO, M. (Org.). Brasília: ABRANDH, 2013.
- AFONSO, J. R. Descentralização fiscal, políticas sociais e transferência de renda no Brasil. **Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES), CEPAL, Série Gestão Pública, nº 63**, Santiago do Chile, 2007.
- ALVES, J. J. A. A Contribuição de Josué de Castro no Estudo e Combate à Fome e sua Repercussão Científica e Política na Geografia. **Revista de Geografia. UFPE – DCG/NAPA**, v. 25, n. 2, mai/ago, Recife, 2008.
- AMARTYA, S. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. 1993. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/VJKn7b5cJWQKrnTwGMmSKVM/?lang=pt#>>. Acessado em: 13 jan. 2023.
- ANDRADE, A. V. A.; ROTTA, E.; TEIXEIRA, T.; COVAS, M. M. C. M.; QUADROS, D. A.; SCHMITT, V. T. Abordagem Territorial do Desenvolvimento e sua Dimensão Social: Proposta metodológica para mensuração. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 21, n. 59, e14532, 2023.
- AZEVEDO, N. T. A vulnerabilidade social dos municípios do litoral do Paraná: construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) com base nos dados dos setores censitários IBGE 2010. **Guaju**, Matinhos, v.2, n.2, p. 89-124, jul./dez. 2016.
- BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. *In*: ALMEIDA, A.W.B.; ZHOURI, A.; LORIS, A. A. R.; BRANDÃO, C.; BERMANN, C.; MORAL HERNANDEZ, F.; BEZERRA, G. N.; ACSELRAD, H.; PAULA, J. A.; LASCHEFSKI, K.; COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A.; GARZON, L. F. N.; CUNHA, L. H.; WANDERLEY, L. J. (Orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2010. Disponível em: <<http://carlosbrandao.org/wp-content/uploads/2020/07/Brandao-AcumlPrimPermFinal.2010.pdf>>. Acessado em: 03 nov. 2021.
- BRASIL. **Informações atualizadas no Painel de Casos de Doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acessado em: 30 de maio de 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. **Conceitos. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)**. 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acessado em: 30 de maio de 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA. **Grupo de Trabalho: Alimentação Adequada e Saudável. Relatório Final**.2007. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos/alimenatacaoadequada-e>>

[saudavel/documentofinal-alimentacao-adequada-e-saudavel/view](#)>. Acessado em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União, Brasília, 2010a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm>. Acessado em: 15 jan. 2023

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da informação. **EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar**: Análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo técnico nº 01/2014. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>>. Acessado em: 07 ago. 2022.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. ARANHA, A. V. (Org.). v. 1, Brasília: Assessoria Fome Zero, 2010b.

BRASIL. **Decreto Nº 7272, 25 de agosto de 2010**. Brasília 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acessado em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Lei Nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14284&ano=2021&ato=8ebk3YU9UMZpWT35a#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Aux%C3%ADlio%20Brasil,de%203%20de%20outubro%20de>>. Acessado em: 02 maio 2023.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Boletim da Secretária Nacional de Assistência Social. Mulheres no SUAS. Vigilância Socioassistencial. **Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Social**. Nº 5, junho de 2018. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-5-CGPVIS.pdf>>. Acessado em: 21 jan. 2023.

BRASIL. **CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico**. 2022. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/sobre.php>>. Acessado em: 22 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acessado em: 22 jan. 2023.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. Brasília: ABRANDH, 2010. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**.

CASONATO, L.; CORRÊA, A. L. PAIVA, S. C. F. O Bolsa Família no enfrentamento da pobreza e na sequência histórico das grandes políticas econômicas brasileiras:

suas condições de possibilidade. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 26, p. 77-94, jan./jun., 2018. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3655/Artigo5A.pdf>>. Acessado em: 16 out. 2020.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CONTI, I. L. Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar. **Curso de Formação de Gestores Públicos em Segurança Alimentar e Nutricional**. 2011. (FGP – SAN – 2011 na Rede SAN). 2011, p. 07. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/planosan.pdf>>. Acessado em: 05 mar. 2022.

Corrêa, A. M. S.. (2007). Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estudos Avançados*, 21(60), 143-154. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000200012>. Acessado em junho de 2022.

COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; DALLABRIDA, V. R. Os signos distintivos territoriais e a *smartificação* do território. Uma abordagem exploratória. **BIBLIOS 3W**, v. 24, n. 1.268, 20 de abril de 2019.

CRUZ, F.B.; MATTE A.; SCHNEIDER S. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. *In*: CRUZ, F.B.; MATTE A.; SCHNEIDER S. (Orgs). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232233/001005700.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em: 05 mar. 2022.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, L(2º), p. 304-328, Lisboa, 2015. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_a04.pdf>. Acessado em: 21 abr. 2022.

DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. *In*: WILKINSON, J.; MASCARENHAS, G. C. C. (Orgs.). **O sabor da origem**. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51-72.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Boletim Especial 8 de março – Dia da mulher**. São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html>>. Acessado em: 05 mar. 2023.

DRAIBE, S. M. Brasil, 1980-2000. Proteção e insegurança sociais em tempos difíceis. **Cadernos NEPP**, Campinas, n. 65, 2002. Disponível em: <<https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/26/CadPesqNepp65>> Acessado em: 07 ago. 2022.

EUZÉBIO FILHO, A. **Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/XXb3Tngn8HFzFyBjqCLKbrQ/?lang=pt>>. Acesso em 07 ago. 2022.

FAO - Food and Agricultural Organization. **O direito humano à alimentação adequada no marco estratégico global para a segurança alimentar e**

nutricional: consenso global. Roma, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/fr?details=a9fab528-4169-537c-9744-ed357b3ecc8d/>> Acessado em: 21 maio 2023.

FAO - Food and Agricultural Organization; IFAD - International Fund for Agricultural Development; UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância; WFP - World Food Programme; WHO - Organização Mundial de Saúde. 2022. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022.** Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. FAO, Rome, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cc0639en>>. Acessado em: 21 maio 2023.

FURTADO. C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4 (96), out.-dez. 2004.

GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; DE ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNO, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, nº. 4. Berlin, 2021. Disponível em: <https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/29813>>. Acessado em: 21 abr. 2021.

GUARATUBA. **Lei nº 1.663, de 23 de março de 2016.** Cria os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Guaratuba Estado do Paraná, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Câmara Municipal de Guaratuba. Disponível em: <https://www.camaraguaratuba.pr.gov.br/pdfs/1663.pdf>>. Acessado em: 22 out. 2021.

GUARATUBA. **Plano Nacional de Assistência Social 2022-2025.** Secretaria Municipal do Bem-Estar e Promoção Social, Município de Guaratuba – PR. Disponível em: <http://portal.guaratuba.pr.gov.br/bdimages/links/21/PLANO%20MUNICIPAL%20DE%20ASSIST%C3%8ANCIA%20SOCIAL%20atual%20para%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acessado em: 12 nov. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: 2022 / IBGE,** Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101770.pdf>>. Acessado em: 12 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico Brasileiro/Metadados.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,3,4,-3,128&ind=4726>>. Acessado em: 22 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico Brasileiro/Metadados. **Agência IBGE Notícias.** 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>>. Acessado em: 13 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022.** Disponível em:

<https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/PR_POP2022.pdf>. Acessado em: 20 jan. 2023.

INCUBADORA DE PROJETOS ORGANIZACIONAIS E DO TRABALHO - INPRO. **1º Boletim Impro**. Ed. 01. Out. de 2020. Disponível em: <https://litoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2020/11/1o-Boletim-INPRO_compressed.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Cadernos Estatísticos Municipais**. 2022. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Cadernos Estatísticos Municipais**. 2023. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83280&btOk=ok>>. Acessado em: 02 maio 2022.

INTERLENGHI, G. S.; REICHENHEIM, M. E.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; MORAES, C. L.; COSTA, R. S. Proposta de versão reduzida da escala brasileira de insegurança alimentar: capacidade de classificar adequadamente domicílios com menores de 18 anos com base nos 8 itens gerais/de adultos. Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 4. Goiânia, 2019. **Anais...** Disponível em: <<https://proceedings.science/enpssan-2019/trabalhos/proposta-de-versao-reduzida-da-escala-brasileira-de-inseguranca-alimentar-capaci?lang=pt-br>> Acesso em: 17 maio. 2023.

KEPPLE, A. W; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n.1 pp. 187-199, 2011.

MALUF, R. S.; BURLANDY, L. **Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022. (Série Saúde Amanhã). Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/52188>>. Acessado em: 13 ma. 2023.

MEDEIROS, M.; SOARES, F. V.; SOARES, S. S. D.; OSÓRIO, R. G. **Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1905>>. Acessado em: 13 ma. 2023.

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MONTEIRO, F. **Segurança Alimentar e Nutricional de Crianças Menores de Cinco Anos: um Desafio para o Programa Bolsa Família**. Dissertação (Mestrado em Segurança Alimentar e Nutricional) -Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MONTEIRO C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 7-20, 2003.

OLIVEIRA, M. N. Amartya Sen e as sociedades mais justas como ideia e realidade. **Revista Fundamento**, n. 5, p. 11-21, jul./dez. 2012.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. **Programa Estadual de Transferência de Renda, Comida Boa**. Governo do Estado do Paraná. Disponível

em: <<https://www.justica.pr.gov.br/ComidaBoa>>. Acessado em: 25 ma. 2022.

PARANA. **Decreto nº 1556, de 09 de julho de 2003**. Institui e regulamenta o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PR, e dá outras providências. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/decreto1556.pdf>>. Acessado em: 18 nov. 2022.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial. **Raízes –Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 24, n. 01-02, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PDS LITORAL. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná**. Diagnóstico. v. 0, 2019. Disponível em: <https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/29_-_volume_0_-_diagnostico.pdf>. Acessado em: 20 dez. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2021-22: Tempos Incertos, Vidas Incertas: Moldando nosso Futuro em um Mundo em Transformação**. Nova Iorque, 2022. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22ptpdf.pdf>>. Acessado em: 20 dez. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDE PENSSAN. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>. Acessado em: 20 abr. 2021.

REDE PENSSAN. **VIGISAN: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acessado em: 21 jul. 2022.

RIBEIRO, J. R. **Entrevista concedida a Caio Castor, José Cícero da Silva, Thiago Domenici**, publicada por Agência Pública, 06-09-2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582548-inseguranca-alimentar-e-um-eufemismo-para-a-fome-diz-pesquisador>>>. Acessado em: 23 abr. 2021.

SCARPARO, A.L.S.; MARQUES, T.B.I.; DEL PINO, J.C. Ensino da temática alimentação saudável no ambiente escolar. *In*: BOFF, E. T. O.; BUSNELLO, M. B. **Educação para a saúde: diálogos nos diferentes cenários de práticas educativas**. Ijuí/RS: UNIJUI, 2016.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SALATA, A.R.; GOMES, M. G. **Boletim Desigualdades nas Metrôpoles**. Edição especial: dados anuais (2012-2021). n. 9, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br>>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

SANTOS, L.P.; LINDEMANN, I. L.; MOTTA, J. V. S.; MINTEM, G.; BENDER, E.;

GIGANTE, D. P. Proposta de versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. **Revista de Saúde Pública**. v. 48, n. 5, p. 783-789, 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed., Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, M. A.; Silva, S. S. da. Milton Santos: Concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Ano 10, v. 2, n. 18, p. 22-42, jul.-dez. 2008.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 3, 2010.

SILVA, J. G. **O Brasil e o Mapa da Fome**. 2018. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/pais/artigo/2018/09/3191-o-brasil-e-o-mapa-da-fome.html>>. Acessado em: 12 abr. 2021.

SILVA, C. C. S.; OLIVEIRA, K. B. B.; ALVES, A. S.; NEVES, J. A.; MODESTO, C. A. C.; VIANNA, R. P. T. Associação entre consumo alimentar e (in)segurança alimentar e nutricional em São José dos Ramos – PB. **Braz. J. Food Technol.**, v. 15, n. spe, p. 23-30, maio 2012.

SILVA, J. L.; SÁ, A. J. A Fome no Brasil: do período Colonial até 1940. **Rev de Geografia**, v. 23, n. 3, p. 43-53, 2006.

SILVA, M. Z. T. A Segurança e a Soberania Alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil, **Configurações – Revista de Ciências Sociais**, n. 25, 2020, Disponível em: <<https://journals.openedition.org/configuracoes/8626>>. Acessado em 29 maio 2021.

SILVA, M.O.S. Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007.

SILVA, S. P. A. **Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional**: Projetos, Descontinuidades e Consolidação. Texto para discussão. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf>. Acessado em 20 mar. 2021.

SILVA, T. D.; NATALINO, M.; PINHEIRO, M.B. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. **Nota Técnica nº 74 (Diest) (Disoc)**, junho de 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10078>>. Acessado 17 jul. 2021.

SPOSATI, A.O. Cadastro Único: identidade, teste de meios, direito de cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, n. 141, p. 183-203, 2021.

SURVEY MONKEY. **Calcule o tamanho da sua amostra**. 2022. Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>>. Acessado em: 17 nov. 2022.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Crianças de até 6 anos. O Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento**. 2005. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef_sowc/sit_inf_brasil_2006_com_pleto.pdf>. Acessado em: 12 abr. 2020.

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: **Segurança alimentar e nutricional: um olhar para as famílias atendidas nos CRAS do município de Guaratuba/PR**

Pesquisador/a responsável: **Prof. Dr. Diomar Augusto de Quadros**

Pesquisador/a assistente: **Rogério Kratz Vieira**

Local da Pesquisa: **Centros de Referência de Assistência Social do município de Guaratuba-PR**

Endereço: CRAS I - NOVOS HORIZONTES - Rua: José Nicolau Abage, 1330 - Centro

CRAS II - PIÇARRAS - Av. Damião Botelho de Souza, 2010 - Piçarras

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento sem que isto lhe traga prejuízo algum. Portanto, sua participação se dará de forma voluntária.

A pesquisa intitulada “**Segurança alimentar e nutricional: um olhar para as famílias atendidas nos CRAS do município de Guaratuba/PR**” tem como objetivo Avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias do município de Guaratuba/PR que buscam atendimento junto aos Centros de Referência de Assistência Social e como objetivos específicos: 1) Pensar como as diferentes formas de alimentação e nutrição e a situação nutricional das famílias podem colaborar para a formulação de projetos direcionados a à assistência social básica, com base nas ações realizadas no município de Guaratuba-PR, junto aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS); 2) Analisar os níveis de Insegurança Alimentar – Fome – (leve, moderado ou grave) das famílias que buscam atendimento junto aos CRAS; 3) Analisar o perfil social das famílias que buscam atendimento junto aos CRAS; 4) Analisar o acesso alimentar das famílias aos principais alimentos produzidos localmente. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir, caso continue é importante saber:

- Participando do estudo você está sendo convidado/a a: responder um questionário que contém perguntas relativas a dados pessoais; descrição do domicílio; Renda familiar; informações dos moradores dos domicílios em relação ao acesso a Programas Sociais; Prevalência de segurança ou insegurança alimentar no domicílio, considerando um conjunto de oito itens utilizados na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que classifica as famílias em situação de: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar leve, Insegurança Alimentar moderada e Insegurança Alimentar grave. São perguntas com respostas diretas: „sim/ não”; formas de alimentação e ao acesso dos (as) moradores (as) aos programas sociais; e acesso à alimentos da agricultura familiar de Guaratuba. O questionário será aplicado aqui neste local, uma única vez e terá aproximadamente quinze minutos de duração. As informações obtidas neste questionário serão exclusivamente para fins desta pesquisa e estarão sob minha responsabilidade, armazenadas digitalmente. Após período legalmente recomendado serão devidamente descartadas.

- Desconfortos e riscos: Saliento que caso você não se sinta confortável em responder alguma das questões ou não tenha compreendido alguma pergunta, basta interromper a aplicação do questionário para que os esclarecimentos necessários sejam feitos.

- É importante afirmar que a sua participação nessa pesquisa não interfere em qualquer tipo de benefício que seja solicitado ou já esteja em andamento.

- No entanto a sua participação é de extrema importância para conhecermos melhor a realidade das pessoas que buscam algum tipo de atendimento no CRAS, contribuindo para a melhoria e avanço das políticas públicas municipais de combate à fome e a desnutrição no município de Guaratuba, contribuindo com o desenvolvimento regional sustentável.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

- Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após o término da pesquisa, sob responsabilidade do pesquisador responsável (Resol. 466/2012 e 510/2016).

Sigilo e privacidade: Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e indenização: A sua participação neste estudo é voluntária, o/a Senhor/Senhora não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação no estudo. Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores Prof. Dr. Diomar Augusto de Quadros e Rogério Kratz Vieira, junto à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável - Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Rua Jaguariaíva, 512, Matinhos-PR.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, rua General Carneiro, 460 - Edifício D. Pedro I - 11º andar, sala 1121, Curitiba - Paraná ou pelo e-mail cep_chs@ufpr.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Este documento é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo/a pesquisador/a e pelo/a participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o/a pesquisador/a.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR sob o número CAAE nº [campo a ser preenchido após a aprovação] e aprovada com o Parecer número [campo a ser preenchido após a aprovação] emitido em [data - campo a ser preenchido após a aprovação].

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas informo que aceito participar.

Nome do/a participante da pesquisa:

(Assinatura do/a participante da pesquisa)

Data: ____ / ____ / ____

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

**ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO DE AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA
ALIMENTAR / GUARATUBA-PR**

Questionário nº: _____

1 CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

SEXO: () Feminino () Masculino

IDADE: _____ anos.

Pessoa de referência ou responsável pelo domicílio: () sim () não

Raça/Cor da Pele autodeclarada: () preta ou parda () branca

() indígena () amarela

1.1 Escolaridade:

() Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo

() Pós-graduação

1.2 Ocupação:

() Agricultor(a) familiar / produtor(a) rural

() Trabalho informal (trabalhador rural temporário; trabalhando em emprego
Sem carteira assinada; trabalho informal; bico; freelancer; outros)

() Trabalhando em emprego com carteira assinada /Funcionário(a) público(a)

() Aposentado(a)

() Trabalho autônomo regular / Empreendedor(a) individual (paga INSS) /

Profissional liberal (nível superior) / Empresário(a)

() Desempregado(a)

() Outros

1.5 Acesso dos(as) moradores(as) aos programas sociais (pode marcar mais de um)

- Cadastro Único do Governo;
- Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil;
- Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Pensão por morte do(a) cônjuge;
- Auxílio-reclusão;
- Auxílio referente à alimentação escolar ou Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Auxílio de cestas de alimentos ou outros equivalentes (CRAS);
- Uso de restaurantes populares para fazer refeições;
- Ajuda de alguma instituição/associação, igreja, amigos, parentes ou outros.

2 ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

2.1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

- Sim
- Não
- Não Respondeu/não sabe

2.2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

- Sim
- Não
- Não Respondeu/não sabe

2.3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

- Sim
- Não
- Não Respondeu/não sabe

2.4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas

alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?

- Sim
- Não
- Não Respondeu/não sabe

2.5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar mais comida?

- Sim
- Não
- Não Respondeu/não sabe

2.6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?

- Sim
- Não
- Não Respondeu/não sabe

2.7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- Sim
- Não
- Não Respondeu/não sabe

2.8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?

- Sim
- Não
- Não Respondeu/não sabe

3 CONSUMO ALIMENTAR

TIPO DE ALI- MENTO	CONSUMIU		ONDE ADQUIRIU/COMPROU?			
	SIM	NÃO	MERCADO	HORTA DE CASA OU PESCOU	DOAÇÃO DE PROJ ETOSOCIAL	DOAÇÃO DE OUTROS
Banana						
Mandioca						
Arroz						
Palmito						
Maracujá						
Camarão						
Pescado						